

**RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2018 DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO DO SUL
na forma de Relato Integrado**

Relatório de Gestão do Exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições IN TCU nº 63/2010, das DN TCU nº 170 e 172/2018, da Portaria TCU nº 369/2018.

**CAMPO GRANDE – MS
2018**

INTRODUÇÃO

Prezado Leitor,

O objetivo deste relatório é permitir à sociedade compreender o que faz o Conselho de Enfermagem de Mato Grosso do Sul – Coren-MS e como são geridos os recursos provenientes de anuidades e demais valores arrecadados. Este relatório apresenta aos cidadãos e aos órgãos de controle, os valores e resultados que o Coren-MS produz e entrega, além de demonstrar seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica. As informações aqui contidas referem-se ao ano de 2018 e foram aprovadas pela Diretoria e Plenário, órgão colegiado de governança do Conselho.

O Relatório de Gestão do Coren-MS está assim estruturado:

Mensagem do Presidente

Capítulo 1 – Visão Geral Organizacional e ambiente externo

Capítulo 2 – Planejamento Estratégico e Governança

Capítulo 3 – Gestão de Riscos e Controles Internos

Capítulo 4 – Resultados da Gestão

Capítulo 5 – Alocação dos Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Capítulo 6 – Demonstrações Contábeis

MENSAGEM DO PRESIDENTE, DR. SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE



Apresenta-se à sociedade o primeiro relatório da gestão “Mudar para avançar”, eleita para o triênio 2018 a 2020, compreendendo o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, elaborado em conjunto com a equipe técnica do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul (Coren-MS).

Esta publicação detalha e ilustra o desempenho do Coren-MS no ano de 2018, em que buscou-se dar ênfase às atividades finalísticas da autarquia, entre elas: a fiscalização do exercício profissional; o registro de profissionais; orientação profissional e ações enquanto tribunal de ética profissional. Os resultados são informados de modo consolidado, apresentando os principais indicadores operacionalizados.

O presente relatório será encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido de cumprir preceitos legais e propiciar a transparência e publicidade no manejo de recursos públicos, advindos principalmente dos tributos pagos pelos profissionais de enfermagem do Mato Grosso do Sul. Desse modo, tanto o TCU quanto os mantenedores poderão emitir parecer prévio e julgamento referente as contas prestadas.

O exame das contas, ordenadas pelo Presidente e Tesoureiro do Coren-MS, por órgão de controle, é necessário, não só por configurar em accountability perante a sociedade quanto a atuação da gestão, mas por também representar a amplitude e a relevância na gestão de recursos públicos. A opinião emitida pelo TCU é de extrema relevância para que se mantenha a fidedignidade das demonstrações contábeis, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e à observância dos princípios legais que regem a administração pública.

Assim, considerando as determinações emanadas no Regimento Interno do Coren-MS, submeto à apreciação do Egrégio Plenário do Coren-MS, para análise e parecer, dentro do prazo legal, o relatório de gestão na forma integrada, relativo ao exercício de 2018.

SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE

Presidente

Coren-MS n. 85775

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE, DR. SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE.....	3
SUMÁRIO	4
CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	6
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
ROL DE RESPONSÁVEIS.....	8
ORGANOGRAMA	9
MODELO DE NEGÓCIOS	10
AMBIENTE EXTERNO	11
CAPÍTULO 2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	13
DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	15
PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS.	22
CAPÍTULO 3 - GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS	23
RISCO DE CRÉDITO	23
RISCO DE MERCADO	23
RISCO DE LIQUIDEZ	24
PERDA DE PESSOAL	24
PROCURADORIA JURÍDICA	24
RISCO DA INFORMAÇÃO	25
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS DA GESTÃO	26
7º SEMANA DE ENFERMAGEM	27
21º CBCENF- CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM	28
RESULTADO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO.....	29
JORNAL ELETRÔNICO	35
ENTREVISTAS DO PRESIDENTE	36

CONTATO PESSOAL.....	37
JULGAMENTO DOS PROCESSOS ÉTICOS.....	38
INSCRIÇÃO E TOTAL RECEBIDOS DÍVIDA ATIVA.....	41
CAPÍTULO 5 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E AREAS ESPECIAIS DE GESTAO	45
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	45
GESTÃO DE PESSOAS	47
GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	50
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	51
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	54
CAPÍTULO 6 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	56
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	56
BALANÇO PATRIMONIAL	60
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	63
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	65
BALANÇO FINANCEIRO	67
DEMONSTRATIVO FLUXO DE CAIXA	68
NOTAS EXPLICATIVAS	69

CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Somos uma autarquia federal cuja motivação é resguardar a sociedade dos profissionais e empresas inabilitados para exercer a profissão da enfermagem e demais serviços na área da Enfermagem. Atuamos no âmbito das instituições de saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, dotado de recursos humanos de Enfermagem que realizam ações relacionadas aos cuidados assistenciais diretos de enfermagem ao indivíduo, família ou comunidade, seja na área hospitalar, ambulatorial, ou da promoção e prevenção da saúde, exercendo atividades de fiscalização, a fim de normatizar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da Enfermagem abrangendo as titulações profissionais de nível médio e superior.

Nossas competências legais e institucionais estão definidas na Lei nº 5.905 de 1973, estrutura da Unidade Prestadora conforme a Decisão COFEN 045/2013 de 21 de março de 2013. O Regulamento da Administração Financeira e Contábil aprovado pela Resolução COFEN nº 340/2008.

Apresentamos a seguir os principais dados que identificam nosso Conselho, nossa estrutura organizacional, ambiente externo e a atuação do nosso modelo de negócio.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Sistema Cofen e Conselhos Regionais encontram-se representados em 26 Estados Brasileiros e o Distrito Federal, sendo este filiado ao Conselho Internacional de Enfermeiros em Genebra. Compete ao - Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) órgão normativo e de decisão superior elaborar políticas nacionais de enfermagem.

O Conselho Regional de Enfermagem de Estado de Mato Grosso do Sul é uma entidade pública de direito público vinculada ao Poder Executivo, constituída como Autarquia Federal, na esfera da fiscalização do exercício profissional. O objetivo primordial é zelar pela qualidade dos profissionais de Enfermagem, pelo respeito ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e cumprimento da Lei do Exercício Profissional.

Compete ao – Conselho Regional de Enfermagem (Coren) – órgão de execução, decisão e normatização complementar:

- Deliberar sobre inscrições no Conselho e seu cancelamento;
- Disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observando as diretrizes gerais do Cofen;
- Executar as instruções e resoluções do Cofen;
- Expedir carteira e cédula de identidade profissional, indispensável ao exercício da profissão;
- Fiscalizar e decidir os assuntos referentes à Ética Profissional impondo as penalidades cabíveis;
- Elaborar a proposta orçamentária anual e o projeto de seu regimento interno, submetendo-os a aprovação do Cofen;
- Zelar pelo conceito da profissão e dos que a exercem;

- Propor ao Cofen medidas visando a melhoria do Exercício Profissional;
- Eleger sua diretoria e seus delegados eleitores a nível central e regional;
- Exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Lei 5.905/73 e pelo Cofen.
- Sistema de Disciplina e Fiscalização.

O Sistema de Disciplina e Fiscalização do Exercício Profissional da Enfermagem, instituído por lei, desenvolve suas atividades segundo as normas baixadas por Resoluções do Cofen. O Sistema é constituído dos seguintes objetivos:

– **Área disciplinar normativa** – estabelecendo critérios de orientação e aconselhamento, para o exercício de Enfermagem, baixando normas visando o exercício da profissão, bem como atividade na área de Enfermagem nas empresas, consultórios de Enfermagem, observando as peculiaridades atinentes à classe e a conjuntura de saúde do país.

– **Área disciplinar corretiva** – instaurando processo em casos de infrações ao Código de Ética do Profissional de Enfermagem, cometidas pelos profissionais inscritos e, no caso de empresa, processos administrativos, dando prosseguimento aos respectivos julgamentos e aplicações das penalidades cabíveis; encaminhando às repartições competentes os casos de alçada destas.

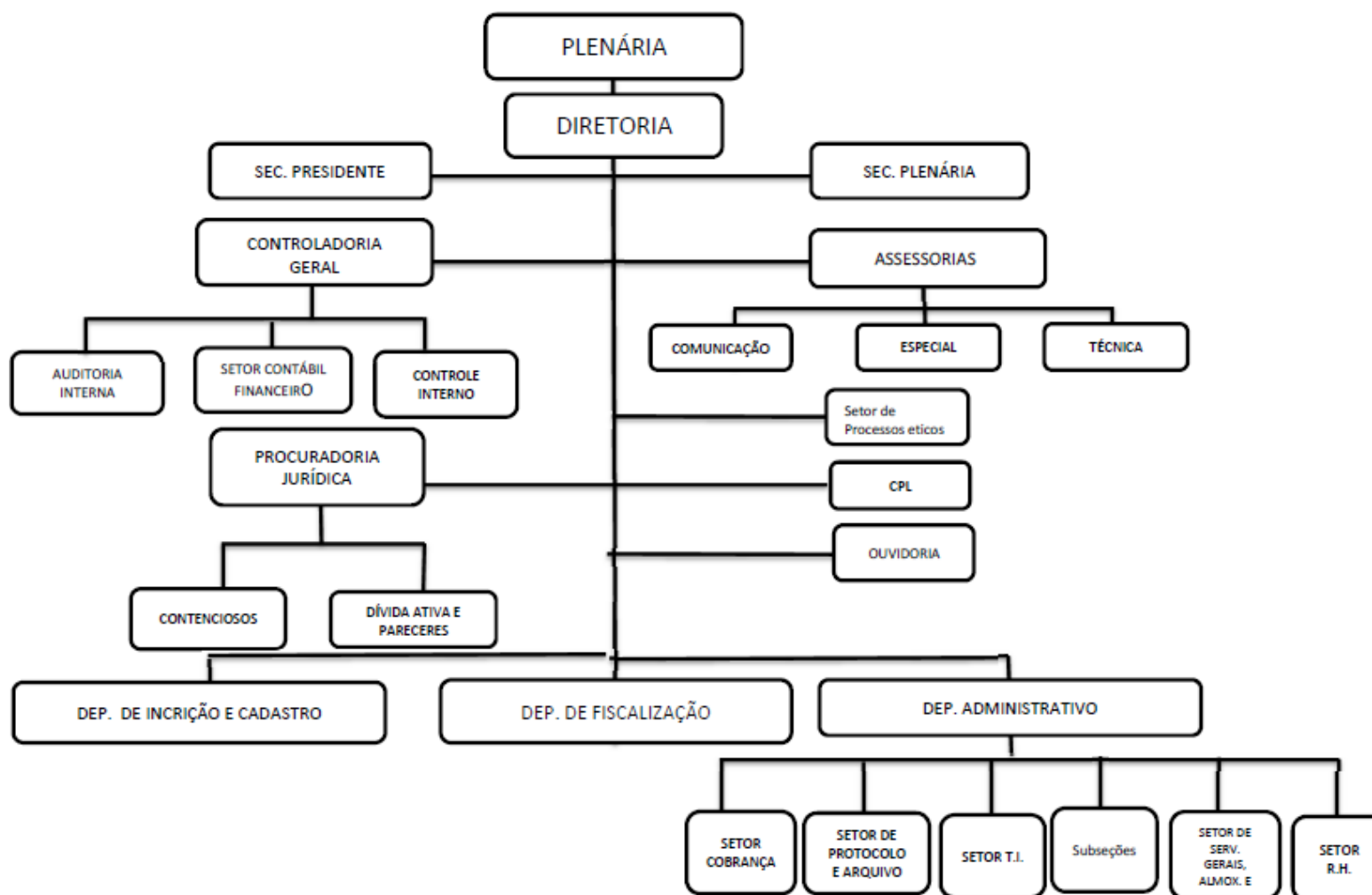
– **Área fiscalizatória** – realizando atos e procedimentos para prevenir a ocorrência de infrações à legislação que regulamenta o exercício da Enfermagem; inspecionando e examinando os locais públicos e privados, onde a Enfermagem é exercida, anotando as irregularidades e infrações verificadas, orientando para sua correção e colhendo dados para a instauração dos processos de competência do Coren e encaminhando às repartições competentes, representações.

Quadro 1 - Identificação da Unidade Prestadora			
DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	Coren/MS	CNPJ	24.630.212/0001-10
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal	CONTATO	(67) 3323-3167
CÓDIGO CNAE	110-4		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	presidencia@corenms.gov.br		
PÁGINA INTERNET	http://www.corenms.gov.br		
ENDEREÇO POSTAL	Avenida Monte Castelo, 269		
CIDADE	Campo Grande	UF	MS
BAIRRO	Monte Castelo	CEP	79010400
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	Endereço da Sede: Avenida Monte Castelo, 269 – Monte Castelo – CEP 79.010-400 - Campo Grande/MS. Horário de funcionamento: das 08h às 17h.		
	Endereço da Subseção de Dourados: Rua: Ciro Melo, 1374 – Jardim Central – CEP: 79805-031 – Dourados/MS - Horário de atendimento ao público externo: 08h às 17h.		

ROL DE RESPONSÁVEIS DO COREN-MS - 01/01/2018 a 31/12/2018

MEMBROS DA DIRETORIA		
CONSELHEIRO	FUNÇÃO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Dr.Sebastião Junior Henrique Duarte	PRESIDENTE	01/01/2018 A 31/12/2018
Dr.Rodrigo Alexandre Teixeira	SECRETÁRIO	01/01/2018 A 31/12/2018
Sr.Cleberon dos Santos Paião	TESOUREIRO	01/01/2018 A 31/12/2018
MEMBROS DA PLENÁRIA		
CONSELHEIRO	FUNÇÃO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Alisson Daniel Fernandes da Silva	CONSELHEIRO	01/01/2018 A 31/12/2018
Aparecido Vieira Carvalho	CONSELHEIRO	01/01/2018 A 31/12/2018
Carolina Lopes de Moraes	CONSELHEIRA	01/01/2018 A 31/12/2018
Gismaire Aparecida da Costa Vacchiano	CONSELHEIRA	01/01/2018 A 31/12/2018
Hugo Henrique Benites Lorentz	CONSELHEIRO	01/01/2018 A 27/11/2018
Lucyana Conceição Lemes Justino	CONSELHEIRA	28/11/2018 A 31/12/2018
Nivea Lorena Torres	CONSELHEIRA	28/11/2018 A 31/12/2018
Rodrigo Rodrigues de Melo	CONSELHEIRO	01/01/2018 A 27/11/2018
Virna Liza Pereira Chaves Hildebrand	CONSELHEIRA	01/01/2018 A 31/12/2018

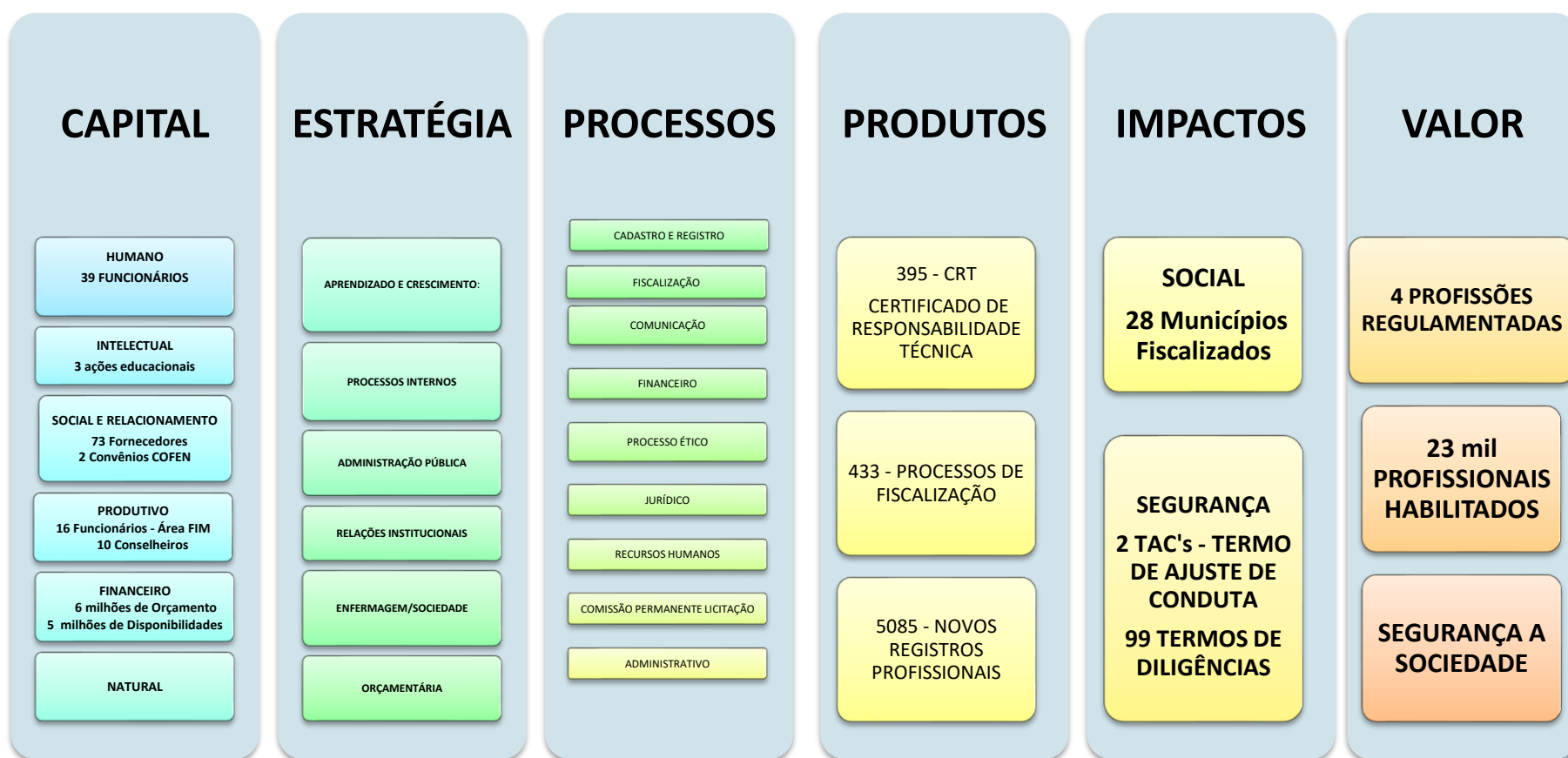
ORGANOGRAMA VIGENTE



MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios é o sistema de transformação de insumos em produtos e impactos, por meios das nossas atividades a fim de cumprir nossos objetivos estratégicos gerando valor aos profissionais, empresas e sociedade em geral.

Os recursos Capital foram classificados em seis categorias, seguindo o modelo de capitais apresentado pelo International Integrated Reporting Council (IIRC). Assim, nossos capitais representam os insumos e são impactados pelas nossas atividades no processo de geração de valor. Para a engrenagem funcionar temos a definição da estratégia, processo, produtos ou serviços prestados e impactos internos e externos e positivos e negativos.



AMBIENTE EXTERNO

O resultado do PIB de 2018 evidenciou a fraqueza da economia brasileira, que encerrou mais um ano de frustração com o ritmo da atividade. Além do crescimento pífio no quarto trimestre de 0,1% em relação ao terceiro, feito o ajuste sazonal, a composição não foi animadora. O investimento encolheu 2,5% nessa base de comparação, enquanto o consumo das famílias avançou 0,4%. Na média do ano, a economia teve expansão de 1,1% o mesmo número de 2017, um desempenho decepcionante depois dos tombos de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016.

A economia demora a ganhar fôlego, mesmo depois de empresas e famílias terem reduzido os níveis de endividamento e os juros terem caído para níveis baixos, pelo menos para padrões brasileiros. As incertezas causadas pela greve dos caminhoneiros e pelas eleições travaram decisões de investimento em boa parte de 2018, ainda mais num cenário em que há enorme ociosidade na economia, como fica claro na elevada taxa de desemprego e no baixo nível de utilização de capacidade da indústria. A combinação de atividade fraca com inflação modesta indica que os juros precisam cair mais para acelerar a recuperação cíclica, uma avaliação que tem ganhado força entre os analistas.

Do lado da demanda, o investimento continua a decepcionar. Em 2018, a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação) cresceu 4,1%, mas o número foi em parte inflado pelo fato de que operações de plataformas de petróleo passaram a ser registradas como importação de bens de capital. O investimento caiu mais de 30% na crise. Nesse contexto, é bastante decepcionante a alta de pouco mais de 4% da FBCF em 2018, a primeira em quatro anos, ainda mais por ter sido distorcida pela questão da contabilidade das plataformas de petróleo.

Responsável por mais de 60% do PIB pelo lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,9% em 2018, outro número modesto. Com a melhora lenta do mercado de trabalho, com desemprego elevado e geração de postos de trabalho de baixa qualidade, o consumidor permanece cauteloso. O consumo do governo ficou estável, num cenário em que União, Estados e municípios passam por dificuldades fiscais. As exportações cresceram 4,1% e as importações, 8,5%. Com isso, o setor externo tirou 0,55 ponto percentual do crescimento no ano passado, nas contas do Goldman Sachs.

Pelo lado da Oferta, o desempenho da indústria foi fraco, com alta de 0,6% em 2018. No quarto trimestre, houve queda de 0,3% em relação ao trimestre anterior, com a indústria de transformação recuando 1% nessa base de comparação. A crise da Argentina contribuiu para esse mau desempenho, uma vez que o país é destino de parte expressiva das exportações de manufaturados brasileiros.

O setor de serviços, que responde por cerca de três quartos do PIB pelo lado da oferta, avançou 1,3% no ano passado. A agropecuária, por sua vez subiu 0,1% depois de ter crescido 12,45% em 2017, ano marcado por uma supersafra agrícola.

Como se vê, a economia caminha a um ritmo fraco, depois de ter passado por uma recessão cavalgar entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016. Chama a atenção o resultado acumulado pelo PIB em quatro trimestres contra os quatro trimestres imediatamente anteriores. O fundo do poço foi atingido no segundo trimestre de 2016, com uma queda de 4,5% nessa base de comparação. O PIB em quatro trimestres foi então se recuperando aos poucos, atingindo a 1,1% no acumulado em 2017. De lá para cá, o desempenho pouco se alterou –

alcançou crescimento de 1,4% nos quatro trimestres de até junho e até setembro de 2018, mas voltou depois para o ritmo de 1,1% no acumulado do ano passado.

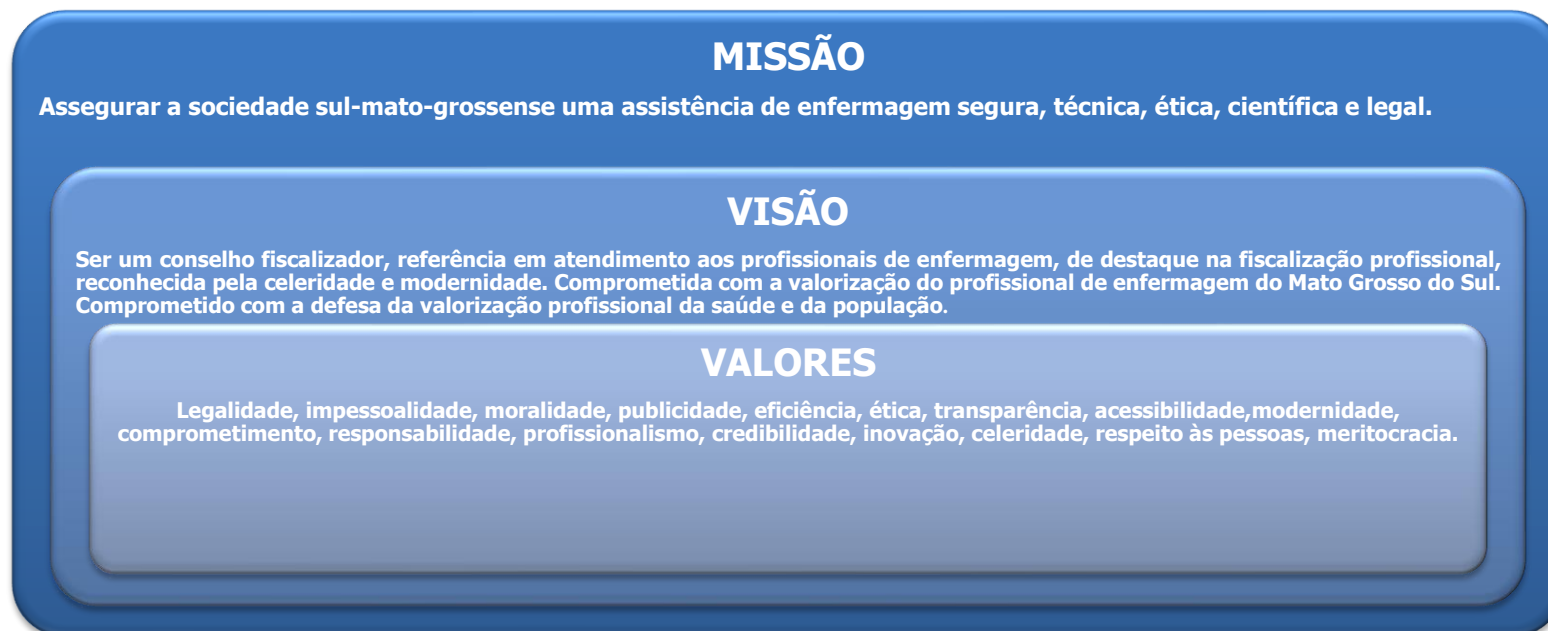
Em resumo, o PIB em quatro trimestres tem andado a um ritmo um pouco superior a 1% desde o fim de 2017, sem conseguir acelerar. A expectativa é de que a reforma da Previdência possa abrir espaço para uma recuperação um pouco mais forte da atividade, em especial do investimento, ao tirar as dúvidas quanto à sustentabilidade das contas públicas no longo prazo. A fraqueza da atividade, porém, sugere que novos cortes de juros serão necessários para a retomada cíclica ganhar fôlego.

Visto de hoje, parece muito difícil um crescimento na casa de 3% em 2019, como ainda apostavam alguns analistas mais otimista. Uma expansão mais próxima de 2% desponta como mais provável.

Fonte: Jornal WEB Valor Econômico por Sérgio Lamucci.

CAPÍTULO 2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

A Gestão Estratégica é fazer o acompanhamento, análise e realinhamento sistemático da estratégia da organização por meio de um processo eficaz. A Diretoria e Conselheiros fazem isso por meio de reuniões com foco na tomada de decisão, tendo como ponto central a Missão, Visão e Valores da instituição.



O COREN-MS efetuou o seu PPA para aplicação nos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 seguindo a Metodologia de Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR). Esta metodologia está composta pela definição de um Plano Plurianual (PPA). Este PPA é composto de Programas Temáticos e Objetivos Estratégicos, os quais são constituídos por Iniciativas Estratégicas. As Iniciativas Estratégicas, por sua vez, dão origem aos Planos de Ação que serão detalhados na forma de Projetos. São estes últimos que concretizam os Objetivos Estratégicos traçados pela Plenária.

PILARES	APRENDIZADO E CRESCIMENTO	PROCESSOS INTERNOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	ENFERMAGEM e SOCIEDADE	ORÇAMENTÁRIA
MACRO OBJETIVOS	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS E DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	PROPICIAR UM AMBIENTE INTEGRADO	CUMPRIR A LEGISLAÇÃO VIGENTE DO ENTE PÚBLICO	AMPLIAR E FORTALECER VÍNCULOS COM AS INSTITUIÇÕES DA ENFERMAGEM	ZELAR E FORTALECER A ENFERMAGEM	CUMPRIR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OE1. Promover o desenvolvimento de competências dos trabalhadores do Conselho Regional.	OE4. Manter o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.	OE9. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública e às instruções e provimentos do Conselho Federal.	OE10. Ampliar a representatividade da Enfermagem nos fóruns sociais relativos à saúde e educação e relacionados à Enfermagem.	OE15. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem e dos que a exerçam.	OE19. Ter excelência e transparência na aplicação dos recursos necessários para a execução dos serviços prestados pelo Conselho Regional.
	OE2. Promover e participar de estudos, campanhas, eventos técnico-científicos e culturais para aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais de enfermagem.	OE5. Fiscalizar o exercício profissional de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.		OE11. Ampliar as relações institucionais de cooperação.	OE16. Deliberar, fiscalizar e disciplinar a conduta ética dos profissionais de enfermagem, aplicando as penalidades cabíveis aos infratores do código de ética e dos atos normativos expedidos pelo Conselho Federal e/ou Conselho Regional.	OE20. Promover as medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.
	OE3. Contribuir com a qualidade da formação em Enfermagem.	OE6. Manter a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.		OE12. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.	OE17. Disciplinar e fiscalizar as atividades dos profissionais de enfermagem, utilizando a lei do exercício profissional, do Código de Ética e das normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática dos profissionais de enfermagem.	
		OE7. Aprimorar a comunicação institucional.		OE13. Conceder honrarias para homenagear os profissionais da enfermagem que destacaram ou contribuíram de forma significativa para o reconhecimento, o crescimento e a melhoria da enfermagem.	OE18. Defender os interesses coletivos dos profissionais de enfermagem, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem e de saúde.	
	OE8. Ter um ambiente de trabalho integrado, que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.		OE14. Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde.			
METAS	3	5	1	5	4	2
AÇÕES	6	23	3	14	16	12

DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

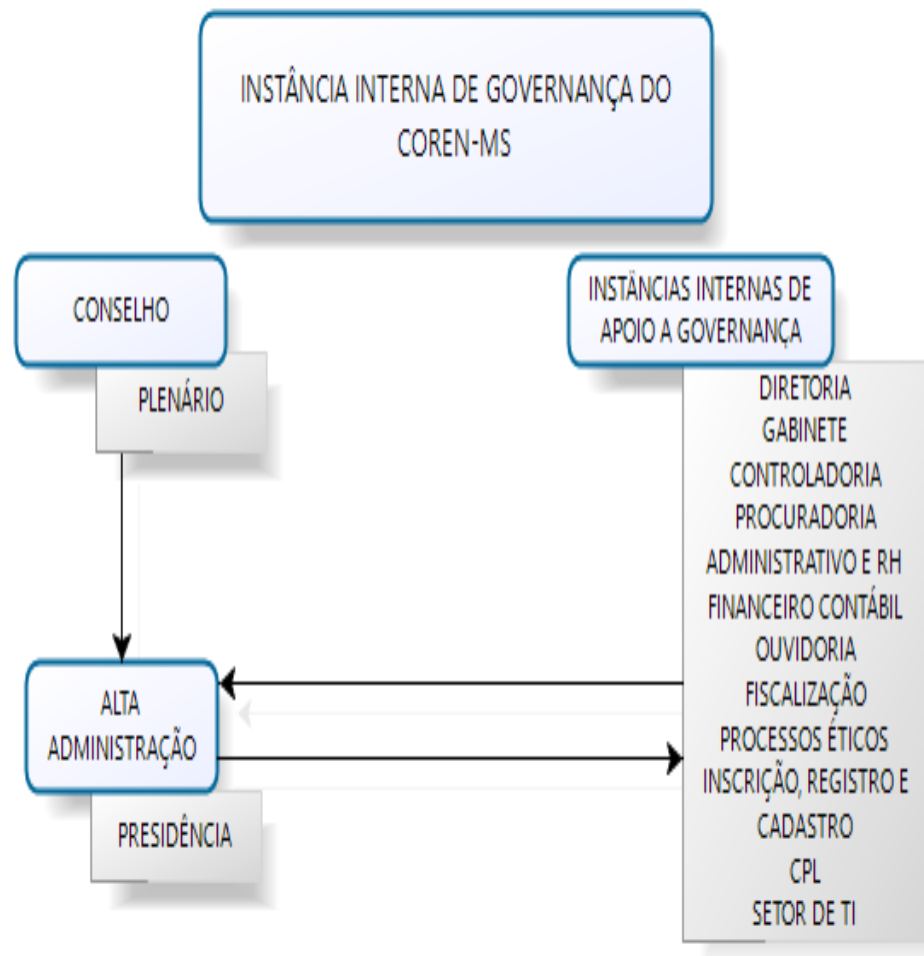
De acordo com os conceitos de instâncias internas de governança e de instâncias internas de apoio à governança apresentado no Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades de Administração Pública, apresentamos as referidas instâncias no âmbito do COREN-MS:

- As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.

- As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração. Assim sendo, nosso Plenário é integrado por todos os Conselheiros e presidido pelo Presidente do Conselho. É composto por Conselheiros e suas competências estão arroladas no Regimento Interno do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul ano 2016.

A Alta Administração é composta pela Presidência e Diretoria.

As áreas de Diretoria, Gabinete, Controladoria, Procuradoria, Administrativo e RH, Financeiro e Contábil, Ouvidoria, Fiscalização, Processos Éticos, Inscrição, Registro e Cadastro, CPL e Setor de TI são unidades básicas, vinculadas à Presidência, com finalidade de exercer as funções de apoio estratégico, técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do Coren-MS.



PRESIDÊNCIA



Presidente - Dr. Sebastião Junior Henrique Duarte – Enfermeiro – Coren/MS n. 85775

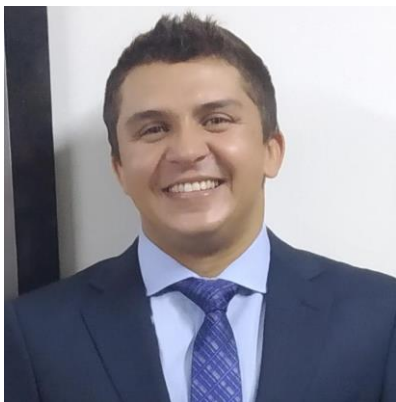
Bacharel em Enfermagem Geral em 2000, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); especialista em saúde da família e educação: enfermagem (ENSP); mestrado em Saúde Coletiva (UFMS); doutorado em Ciências da Saúde (USP) e Pós-Doutorado em enfermagem pela UFSJ em 2016. Atuou como Enfermeiro na Estratégia Saúde da Família de 2000 a 2006 e do SAMU Campo Grande (2005-2006). Participou da implantação da comissão de ética dos profissionais de enfermagem em Campo Grande/MS, onde foi membro por duas gestões. Foi Conselheiro Federal no Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) de 2012 a 2015, onde desenvolveu diversos trabalhos em prol da enfermagem brasileira e, em especial à sul-mato-grossense. Atualmente é Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e credenciado pela Secretaria de Estado de Saúde/Escola de Saúde Pública.

DIRETORIA



Secretário – Dr. Rodrigo Alexandre Teixeira – Enfermeiro – Coren/MS n. 123978

Bacharel em Enfermagem em 2004, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); especialista em Urgência e Emergência pelo Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação (ESAP); especialista em Educação na saúde para preceptores do SUS, pelo Hospital Sírio-Libanês. Foi professor do curso de Técnico de Enfermagem na Escola Vital-Brasil (2004-2007); preceptor do curso de Graduação em Enfermagem UNIGRAN (2008-2014); Responsável-Técnico do Hospital da SIAS em Fátima do Sul (2007); diretor do serviço de enfermagem do Hospital de Urgência e Trauma (atual Hospital da Vida, em 2007-2008) e desde 2004 é enfermeiro da Unidade de Terapia Intensiva Adulta do Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande-Dourados (HU-UFGD); membro da comissão das 30 horas do HU-UFGD e conselheiro eleito do Conselho Universitário da UFGD (COUNI); membro do Conselho Consultivo de



Tesoureiro – Sr. Cleberson dos Santos Paião – Téc. em Enfermagem Coren/MS n. 546012

Formado em Técnico de Enfermagem em 2008, pelo Centro de Ensino Campo-Grandense; Bacharel em Enfermagem em 2014, pelo Centro Universitário da Grande Dourados; trabalhou no Hospital Nosso Lar em Campo Grande-MS (2008-2010) no Centro de Atenção Psicossocial e foi plantonista no Centro Regional de Saúde Guanandy (2010). Desde 2010 trabalha na Assistência do Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, é representante dos Técnicos Administrativos em Educação no Conselho Universitário (gestão 2017 a 2018), é membro da Comissão de Flexibilização da jornada de trabalho e apoiador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais (SINTEF).

CONSELHEIROS



Dr. Alisson Daniel Fernandes da Silva – Enfermeiro – Coren/MS n. 87561

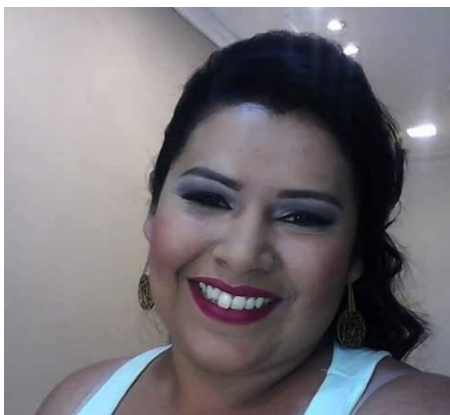
Graduado no ano de 1999 em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e especialista em Farmacologia (UCDB). Atuou como Enfermeiro Assistencial na Rede SARAÍ de Hospitais do Aparelho Locomotor, na Santa Casa de Campo Grande e na Clínica Campo Grande. Participou da implantação do CEMED-UNIDERP. Foi docente no curso de Radiologia Médica, nas disciplinas de “Programas de Saúde/Primeiros Socorros” e “Hemodinâmica”. Foi Responsável Técnico no Hospital do Coração de Mato Grosso do Sul. Atuou como enfermeiro assistencial e plantonista na UPA Coronel Antonino. Atuou como Enfermeiro Assistencial no Pronto-Socorro do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande no período de 2016 a 2018. Atualmente atua como Enfermeiro no Hemocentro Coordenador - HEMOSUL.



Sr. Aparecido Vieira Carvalho – Téc. de Enfermagem – Coren/MS n. 218938

Formado em Técnico de Enfermagem em 1998, pelo SENAC Campo Grande-MS. Trabalha na rede municipal de Saúde de Campo Grande-MS, desde 1998, onde já prestou assistência na Estratégia Saúde da Família, plantões na UPA Vila Almeida e, atualmente exerce a função de Gerente Técnico na Unidade Básica de Saúde Aguião.

CONSELHEIROS



Sra. Carolina Lopes de Moraes – Aux. de Enfermagem Coren/MS n. 645303

Formada em Auxiliar de Enfermagem em 2004, pela Escola COC. cursando a graduação em enfermagem na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atuou no hospital Santa Casa de Campo Grande-MS nos anos de 2010 a 2017.



Sra. Gismaire Aparecida da Costa Vacchiano – Téc. de Enfermagem – Coren/MS n. 332396.

Formada em Técnica de Enfermagem em 2006, pela Escola Paulo Freire e Advogada com formação pela Uniderp/ANHANGUERA. cursando Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Previdenciário. Trabalhou como Técnica de Enfermagem no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (2006 a 2015). Desde 2015 atua no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian e é delegada sindical pelo SINDSEP/MS.

CONSELHEIROS



Dra. Lucyana Conceição Lemes Justino – Enfermeira – Coren/MS n. 147399

Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; especialista em Saúde Pública e Saúde da Família pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal; especialista em Cuidados Pré-Natal pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); especialista em Informática em Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); especialista em Atenção Básica e Saúde da Família pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); especialista em Micropolítica da Gestão e Trabalho em Saúde pela Universidade Federal Fluminense (UFF); enfermeira Supervisora da Vigilância Epidemiológica do Distrito Sanitário da Região do Bandeira – Campo Grande/MS.



Dra. Nívea Lorena Torres – Enfermeira – Coren/MS n. 91377

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2000). Especialização em Saúde da Família pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003) e Especialização em Educação Profissional na Área Profissional: Enfermagem (2004). Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2017). Atualmente é coordenadora de enfermagem do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, membro do Núcleo de Segurança do Paciente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, preceptora e supervisora do Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde – PREMIS – Área de Concentração Intensivismo – HRMS/UNIDERP, docente convidada da Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão e da UNIFEJ Educacional – Instituto de Estudos e Pós-graduação. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em docência, gestão em saúde e segurança do paciente.

CONSELHEIROS



Dra. Virna Liza Pereira Chaves Hildebrand – Enfermeira – Coren/MS n. 96606

Bacharel em Enfermagem no ano 2000, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), especialista em Saúde da Família (CESUR), Saúde Pública (IBEPEX) e Gestão Hospitalar (UNIC). Gerenciamento de Unidades Básicas de Saúde (UFMS), Preceptores do SUS (Hospital Sírio-Libanês) e mestrado em Saúde Pública pela FIOCRUZ. Atuou como enfermeira na Estratégia Saúde da Família de 2000 a 2004; foi Enfermeira do pronto-socorro do Hospital Municipal e CTI Adulto do Hospital Regional em Rondonópolis (MT); foi Instrutora do Curso Técnico de Enfermagem. Em Campo Grande, entre os anos de 2008 e 2015, atuou como Enfermeira Responsável Técnica e plantonista da UPA Vila Almeida; enfermeira na UBS Popular e UBS Albino Coimbra; gerente da UBSF Aero Itália; coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS e Membro do Comitê Municipal de Sífilis; Diretora do Distrito Sanitário Oeste e colaboradora na implantação do PMAQ. Foi tutora EAD na Fiocruz nos cursos de Saúde da Família (turma 2, 4 e 6) e Orientadora de Aprendizagem do curso Sistema Prisional. Desde 2015, atua como Enfermeira no Hospital Universitário Maria Aparecida PedrossianPré-Natal pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); especialista em Informática em Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); especialista em Atenção Básica e Saúde da Família pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); especialista em Micropolítica da Gestão e Trabalho em Saúde pela Universidade Federal Fluminense (UFF); enfermeira Supervisora da Vigilância Epidemiológica do Distrito Sanitário da Região do Bandeira – Campo Grande/MS.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS.

A interação com públicos de interesse e com a sociedade em geral fortalece o nosso trabalho e coloca o diálogo e a transparência na posição de pilares da atuação do conselho profissional.

Nesse sentido, a comunicação é estabelecida principalmente por meio dos seguintes canais digitais: Portal Coren-MS (corenms.gov.br); Ouvidoria Coren-MS (ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ms/); redes sociais ([facebook.com/CorenMatoGrossoDoSul](https://www.facebook.com/CorenMatoGrossoDoSul), [Whatsapp](#) e [@corenms no Twitter e no Instagram](#)); e e-mail, pelo endereço imprensa@ms.gov.br.

O Portal Coren MS concentra os links de acesso aos principais serviços on-line e as principais informações sobre o exercício das funções da autarquia federal em Mato Grosso do Sul, além de conteúdo informativo sobre as atividades realizadas e sobre decisões tomadas.

Em suas abas de destaque, o site disponibiliza documentos oficiais na íntegra; informações sobre a missão institucional e sobre procedimentos de interesse do profissional; principais legislações para o exercício da Enfermagem; e acesso ao Portal da Transparência do Coren-MS e à Ouvidoria do Coren-MS.

Durante o ano de 2018, foram registradas 166.813 visualizações, geradas por 90.973 sessões de usuários, com média de 1,83 páginas visitadas a cada sessão. No mesmo período, foram publicados 468 itens no Portal Coren-MS.

A Ouvidoria do Coren-MS disponibiliza seus serviços para profissionais de enfermagem, comunidade, estudantes e colaboradores do Sistema. Por meio do canal, podem ser feitas denúncias, pedidos de informação, reclamações, sugestões e elogios.

Em 2018, os tipos e as quantidades de solicitações registradas foram: 73 pedidos de informação; 33 denúncias; 1 pedido a respeito de anuidade e negociação de débitos; e 18 reclamações. Todas foram devidamente encaminhadas ao setor responsável pela resposta.

As redes sociais do Coren-MS funcionam como um canal de comunicação onde são publicadas notícias, campanhas, oportunidades de capacitação e registros de atividade do Conselho. Por meio delas são atingidos principalmente o público da faixa etária 25 a 34 anos. A maior parte dos seguidores são do sexo feminino, coincidindo com o sexo predominante na enfermagem. As publicações dos conteúdos ocorrem conforme a demanda de publicações do Coren-MS, de outros Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Enfermagem. A frequência de atualizações é quase que diária. O acesso por Whatsapp é um canal de comunicação direta, rápida e eficaz com os diretores e empregados públicos do Coren-MS.

O e-mail funciona especialmente como ferramenta de comunicação interna e com os veículos de imprensa. Por meio do endereço do Coren-MS, é disparado o Jornal eletrônico denominado “Informativo Pantaneiro” para os membros do conselho e representantes da Enfermagem na capital e no interior de Mato Grosso do Sul, além de sugestões de pauta direcionadas à publicação nos jornais e demais meios de comunicação do meio jornalístico. O setor de Cobrança utiliza para envio de cobranças e atendimento aos profissionais de enfermagem.

CAPÍTULO 3 – GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável. Apesar da Gestão de riscos estar em fase de implementação, as instancias internas do Conselho utilizam-se de ferramentas de controle afim de assegurar maior eficácia de suas atividades e contribuir para a melhoria do desempenho organizacional, e reduzir riscos identificados.

A Gestão de riscos no Conselho é conduzida de forma descentralizada pelas diferentes áreas conforme abaixo:

• **Setor Financeiro e Contábil**

Com relação à gestão integrada e proativa de riscos, entendemos ser de fundamental importância para a entrega dos resultados de maneira segura e sustentável. Por isso com relação às operações financeiras, o Coren/MS realiza as estratégias de gerenciamento de risco e os efeitos nas demonstrações contábeis conforme segue:

Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pelo Coren/MS, bem como aos valores a receber (anuidades).

O entendimento da Administração é de que:

1. Com relação às aplicações financeiras, o risco de crédito está substancialmente mitigado, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras oficiais, cujos prazos de vencimento são de curto prazo e baixo risco;
2. Com relação a contas a receber referente aos valores das anuidades dos profissionais, a Administração está empenhada em reduzir a taxa de inadimplência de 45%, dando um suporte maior ao setor de cobrança. Para tanto, está sendo feito estudo de cada profissional por instituição de saúde, identificando os devedores e dada a oportunidade de negociação, caso não prospere, há a inclusão em dívida ativa e negativação via cartório.

Adicionalmente, este risco está demonstrado nas demonstrações contábeis através da provisão para perdas.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração e utilização de títulos públicos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Conselho para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

• Setor de Recursos Humanos

Dentre os possíveis riscos identificados na gestão de pessoas, que podem vir a comprometer de forma grave o cumprimento da nossa missão institucional ao longo do tempo, pode-se citar o risco de perda de pessoal e em consequência, a perda de capital intelectual.

Perda de pessoal

Atualmente acompanhamos e monitoramos algumas situações específicas que podem ocasionar, em curto e médio prazo, a perda de pessoal/mão de obra. Dentre as situações que podem ensejar a perda de pessoal, ressaltam-se:

1. A redução do quadro de pessoal decorrente da não reposição das vagas geradas por rescisões (pedidos de demissão, falecimentos e aposentadorias).

Paralelamente foi realizado o Concurso Público iniciado em 2018 para provimento de 6 vagas e cadastro reserva, o qual foi homologado em 2019, possibilitando a continuidade das etapas para contratação e reposição de pessoal.

• Procuradoria Jurídica

Principais riscos:

- Falha no controle de prazos e compromissos judiciais e extrajudiciais;
- Inconsistências jurídicas nas manifestações;
- Não exercício, tempestivo, do direito/dever de ação que importem em decadência ou prescrição;

Medidas específicas para o gerenciamento dos riscos:

No presente, monitoramos o controle dos prazos e compromissos judiciais através de planilhas eletrônicas, compostas pelos processos e seus respectivos responsáveis. Realizamos o controle individualizado dos processos através do corpo jurídico, administrativo e estagiários do

departamento. Contudo, com o objetivo de reduzir os riscos inerentes ao controle de prazos, a Procuradoria Jurídica adquiriu serviços de operacionalização que auxiliam no controle interno dos diversos atos judiciais e extrajudiciais, através da qual almeja otimizar, gerar eficiência e celeridade nos procedimentos pela unidade;

No que pese a qualidade técnica de nosso corpo funcional, certo é que a dinâmica jurídica de nosso ordenamento nos impõe a almejar à necessidade de atualização constante de nosso time, razão pela qual pretende implantar a realização de cursos, fomento à capacitação, aquisição de livros e assinaturas de revistas e/ou periódicos de natureza acadêmica a fim de subsidiar os procedimentos da unidade organizacional;

A necessidade de atuação tempestiva dos atos processuais, sobretudo os relacionados à execução fiscal, utilizamos software adequado como mecanismo de controle efetivo para o tratamento desta finalidade.

- **Setor de Tecnologia da Informação**

- Risco da informação**

Adequamos e utilizamos a norma Cofen para “Política de Segurança da Informação”. Esta norma tem por finalidade estabelecer regras gerais para uso apropriado e seguro dos recursos computacionais e redes, a proteção e a privacidade efetiva aos usuários, e a própria administração desses recursos no Coren-MS, além de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações em meio computacional, e determinar atribuições e responsabilidades para estabelecimento da Política de Segurança da Informação. Estas instruções regulam a sistematização do uso de equipamentos de informática, de sistemas e da rede de comunicações no âmbito do Coren, em complemento ao prescrito na legislação em vigor.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS DA GESTÃO

No ano de 2018 o Conselho foi administrado pela nova Diretoria vencedora nas Eleições no ano de 2017. A nova gestão, com o lema “MUDAR PARA AVANÇAR 2018-2020”, deu continuidade aos Objetivos Estratégicos definidos no PPA, aprimorando sua aplicabilidade, melhorando os resultados e inovando com avanços significativos ao Conselho. As atividades, primordiais ao crescimento e melhoria do Coren-MS, foram planejadas com foco no fortalecimento de processos internos, melhor interação do conselho com o profissional de enfermagem, da capacitação de recursos humanos (internos e externos) e otimização da fiscalização. Um Coren-MS com mecanismos de trabalho alinhados à administração refletem na maior efetividade das ações desenvolvidas ao profissional em defesa do exercício da profissão de Enfermagem.

PRINCIPAIS ESTRATÉGICAS	Principais Ações
OE2. Promover e participar de estudos, campanhas, eventos técnico-científicos e culturais para aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais de enfermagem.	7º SEMS- Semana de Enfermagem de Mato Grosso do Sul 21º CBCENF- Congresso Brasileiro de Enfermagem
OE5. Fiscalizar o exercício profissional de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.	Resultados do Departamento de Fiscalização
OE12. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.	Jornal Eletrônico Informativo Pantaneiro Entrevistas do Presidente em: TV, Rádios e Jornais Contato Pessoal com profissionais de enfermagem
OE16. Deliberar, fiscalizar e disciplinar a conduta ética dos profissionais de enfermagem, aplicando as penalidades cabíveis aos infratores do código de ética e dos atos normativos expedidos pelo Conselho Federal e/ou Conselho Regional.	Julgamentos dos Processos Éticos
OE20. Promover as medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.	Inscrição em Dívida Ativa

Resultados das Principais Ações

7º SEMS- Semana de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

No ano de 2018 a Diretoria empenhou-se para a realização da 7ª. semana Sul Mato-grossense de Enfermagem ser realizada no mês de maio/2018 em comemoração ao dia do Enfermeiro que ocorre no dia 12 e dia do técnico de enfermagem em 20 de maio, fato que nunca havia ocorrido no nosso Estado.

Com o tema “Enfermagem – Uma voz para liderar – A saúde é um direito humano” o evento abrangeu oito municípios sendo eles: Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas, Ponta Porã, Coxim, Nova Andradina e Naviraí. O número de participantes inicialmente estimado em 650 pessoas, foi superado com 1.100 participações de profissionais e estudantes de enfermagem, somente na Capital foram 747 pessoas entre profissionais e estudantes.

As atividades foram desenvolvidas no período de 11/05/2018 a 26/06/2018 com Minicursos, Palestras, e Mesa Redonda com temas pertinentes ao exercício da Enfermagem.

EVENTOS	TEMAS
Mesa Redonda	"Progressão Política da Enfermagem"
Minicursos	"Prescrição de medicamento por enfermeiros" "Boas práticas de assistência ao parto"
Palestras	"Uma Voz para Liderar – A Saúde é um Direito Humano" "Anotação de Enfermagem" "Responsabilidade Jurídica dos profissionais de enfermagem" "Atuação do enfermeiro Obstetra" "Novo Código de Ética"

Para custear os gastos foi feito Convênio com o COFEN – Conselho Federal de enfermagem conforme Termo de Cooperação Nº 06/2018 no valor de R\$ 175.015,84(cento e setenta e cinco mil e quinze reais e oitenta e quatro centavos). Na prestação de contas ao Federal foi apurado o valor efetivamente gasto de R\$ 81.999,58(oitenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos). A Diretoria exerceu com propriedade o princípio da economicidade e conforme lei dos convênios a sobra foi devolvida ao COFEN.

Os objetivos definidos no Projeto Inicial de: Promover o desenvolvimento científico e a valorização da enfermagem baseada em evidências científicas; Formar multiplicadores para o processo de mudança para valorização da Enfermagem; Promover atualização nas áreas

de enfermagem propostas nos eixos temáticos; Oportunizar a troca de experiências e discussões sobre a valorização dos profissionais de enfermagem; Fomentar discussões e reflexões envolvendo os profissionais nas questões mais relevantes tanto no âmbito nacional quanto local. Foram todos alcançados com sucesso, sendo que a atualização profissional foi um dos maiores resultados alcançados.

21º CBCENF- Congresso Nacional de Enfermagem

O COREN-MS não mediu esforços para levar o máximo de pessoas possíveis para participar deste evento promovido pelo Conselho Federal, abrangendo os empregados, colaboradores, profissionais e estudantes de enfermagem, num total 39 pessoas. E o valor total investido foi de R\$ 104.899,00 (cento e quatro mil oitocentos e noventa e nove reais) com recursos próprios do Conselho.

O 21º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem (CBCENF) ocorreu nos dias de 26 a 30 novembro de 2018, sendo este o maior evento científico anual da área de Saúde na América Latina, o evento foi sediado na cidade de Campinas estado de São Paulo. A intensa programação científica, construída em parceria com os Conselhos Regionais de Enfermagem, contribui, ano após ano, para fortalecimento da profissão, promovendo a difusão do conhecimento e o intercâmbio entre profissionais e entidades. O tema central do Congresso foi “Valorização profissional: novos rumos para a Enfermagem Brasileira”. Abaixo listamos os minicursos oferecidos.

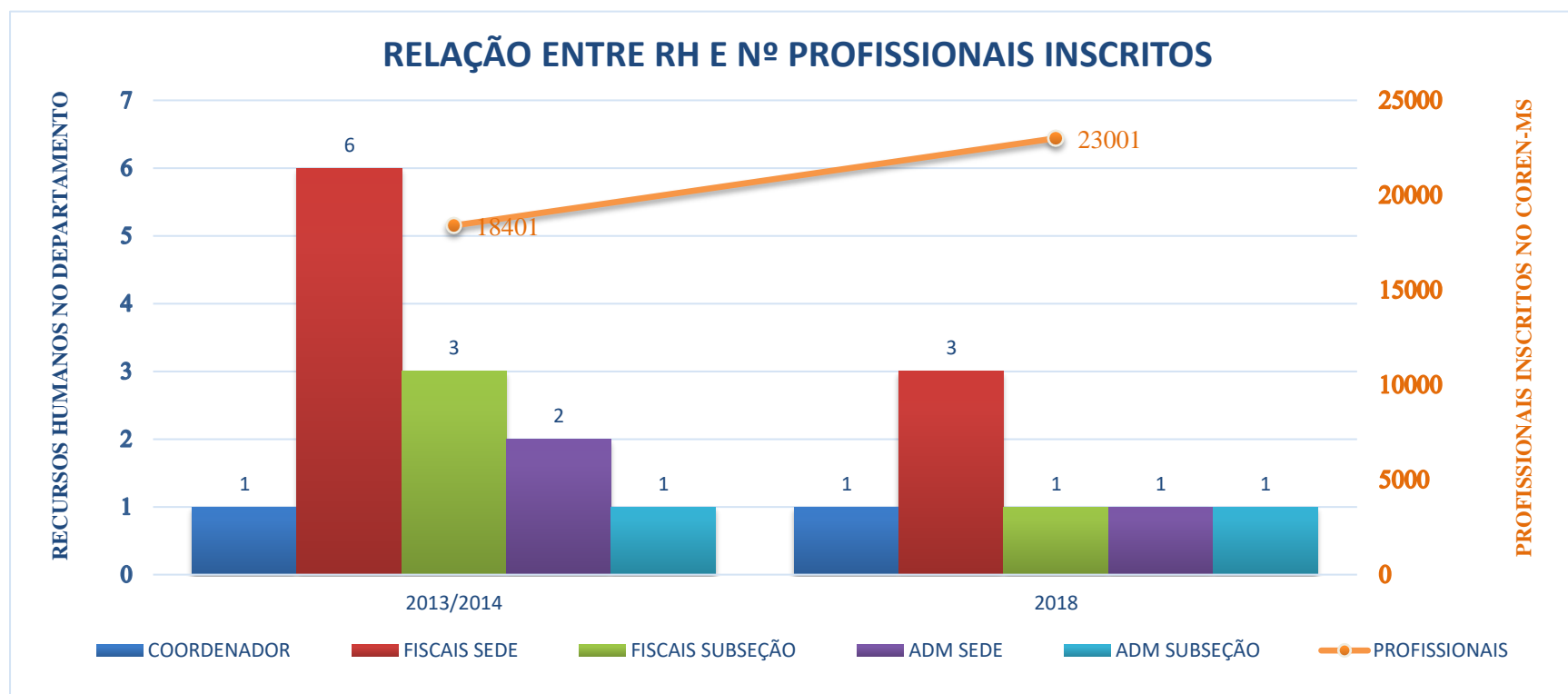
Datas	TEMAS
Dia 26/11- Minicursos	Identificação da SEPSIS: abordagem e atuação de enfermagem
	Monitorização Hemodinâmica invasiva e não invasiva: desfecho na assistência
	Dimensionamento em Enfermagem
	Investigação de Surtos/Epidemias
	Gerenciamento Baseado em Evidências
	Oficina de Introdução de métodos de Flipped Classroom no ensino de Enfermagem
	Cuidados Imediatos e Mediatos ao RN
	Bases da Física Quântica e estudos sobre a glândula pineal como referencial para PICS na Enfermagem
	Bases da Fitoterapia
	Impactos Nacionais de tráfico humano e as implicações para Enfermagem
	Violência: Identifique, Notifique e Denuncie a Violência Sexual, Maus Tratos e Outras Formas de Violência, Mecanismos de Trauma no Pós-morte
	Bases da Meditação
	Publicar em Enfermagem
	Técnicas de Imobilização no Atendimento Pré Hospitalar e Ressuscitação Cardio Pulmonar
	Punção Intraóssea
	Dispositivos supra glóticos na abordagem de vias aéreas
	Consulta de Enfermagem a gestante e utilização da ultrassonografia de decisões na assistência de enfermagem
Hipnose Clínica: alternativa de atuação do Enfermeiro	
Dias 27, 28 e 29/11	Encontro Latino Americano de Saúde Mental

Resultados do Departamento de Fiscalização

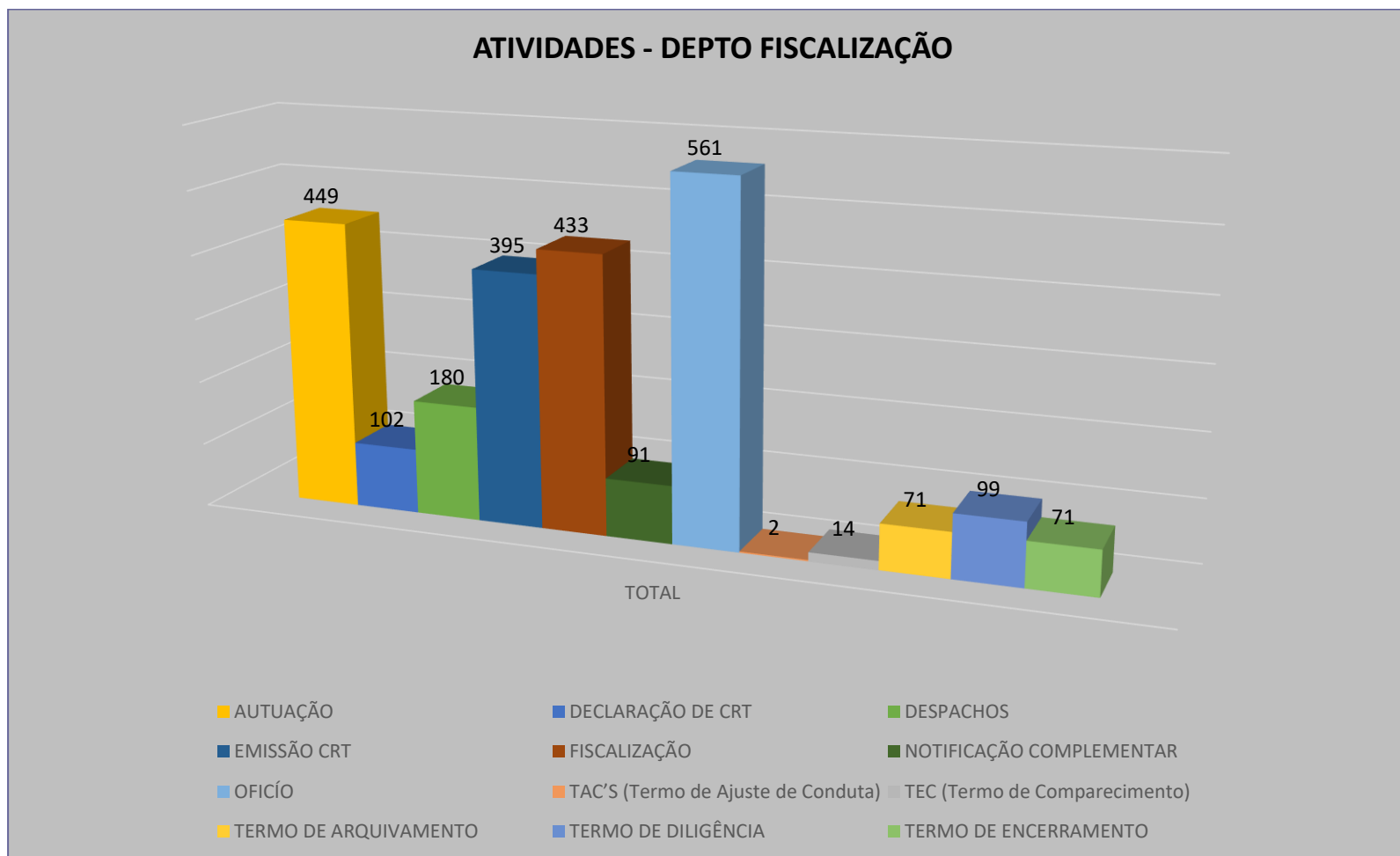
No ano de 2018 o departamento de fiscalização apesar das situações estruturais, organizacionais e de RH reduzido, no início do ano, e de outras situações herdadas, com ações cooperadas e coordenadas entre o DFIS, o DJUR e a Diretoria cujo mandato iniciou este ano, conseguiu implementar ações que propiciaram o incremento no quantitativo de procedimentos fiscalizatórios, além de readequações organizacionais e administrativas no Departamento de Fiscalização.

Contando com RH reduzido em relação ao que existia em 2013/2014 quando da convocação do concurso anterior, o departamento conseguiu, minimamente, além do incremento nos procedimentos de fiscalização, organizar/elaborar quase que a totalidade de procedimentos e fluxos administrativos. Foram elaborados: Manual de Normas e Rotinas e os Procedimentos Operacionais Padrão além de um Cronograma de Fiscalização e um Planejamento Estratégico para o ano de 2018, documentos estes todos apreciados e aprovados pela diretoria.

De forma descritiva os Recursos Humanos do DFIS (Departamento de Fiscalização), pode ser pormenorizado, da seguinte forma:



Todas as atividades dos procedimentos fiscalizatórios foram mensuradas através do gráfico abaixo com os dados expostos de forma condensada.



Observa-se aqui as ações em destaque que fazem referência aos procedimentos realizados pelo Departamento Jurídico após a conclusão dos trâmites do DFIS, estando estas abaixo discriminadas:

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS EM ACOMPANHAMENTO

PROCESSO	VARA	PARTES	PAD
5000113-50.2018.4.03.6002	2ª FED Dourados	Coren x Asilo da Velhice Desamparada de Dourados	146/2012
5000041-54.2018.4.03.6005	1ª FED P. Porã	Coren x Município de Laguna Carapã – Hosp. Municipal	067/2016
5002476-50.2017.4.03.6000	2ª FED CG	Coren x Mun. De Nova Andradina	124/2007
0002579-32.2014.4.03.6006	1ª FED Naviraí	Coren x Município de Japorã	101/2007
0001794-70.2014.4.03.6006	1ª FED Naviraí	Coren x Centro Ortopédico de Naviraí Ltda ME	118/2017
0000133-97.2016.4.03.6002	1ª FED Dourados	Coren x Município de Jateí (EXECUÇÃO DE TAC)	390/2012
0002153-32.2014.4.03.6002	2ª FED Dourados	Coren x Município de Deodápolis (SMS)	065/2014
0002539-91.2016.4.03.6002	2ª FED Dourados	Coren x Missão Evangélica Caiuá (EXECUÇÃO DE TAC)	779/2012
0001175-09.2015.4.03.6006	1º FED Naviraí	Coren x Município de Mundo Novo	114/2007
00004461-76.2016.4.03.6000	2ª FED C. Grande	Coren x Centro Esp. Disc. De Jesus (NOSSO LAR)	013/2011
0000049-55.2014.4.03.6006	1ª FED Naviraí	Coren x Assoc. Benef. Hosp. Bezerra de Menezes	115/2007
0012242-86.2015.4.03.6000	4ª FED C. Grande	Coren x JBS S/A - Unidade II	243/2015
0011335-14.2015.4.03.6000	2ª FED C. Grande	Coren x Assoc. Beneficente de Angélica	058/2006
5000367-23.2018.4.03.6002	1ª FED Dourados	Coren x Fundação dos Serv. Saúde DDOS – Hosp. Vida	554/2014
5000413-12.2018.4.03.6002	1ª FED Dourados	Coren x Seara Alimentos	155/2015
5001000-34.2018.4.03.6002	1ª FED Dourados	Coren x Município de vicentina	387/12 e 578/12
5001153-67.2018.4.03.6002	2ª FED Dourados	Coren x Funsaud (UPA Afrânio Martins)	047/16 e 058/16
5000368-93.2018.4.03.6006	1º FED Naviraí	Coren x Município de Iguatemi	086/2016
5000902-46.2018.4.03.6003	1ª FED Três Lagoas	Coren x International Paper do Brasil	132/2018
5000597-59.2018.4.03.6004	1ª FED Corumbá	Coren x Associação Beneficente de Corumbá - Exec. Título Extrajudicial	012/2011
5001158-80.2018.4.03.6005	1ª FED Ponta Porã	Coren x Município de Paranhos (Hosp. E Mat. N. S. da Conceição)	038/2017

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS JULGADAS EM 2018 (COM RESULTADOS)

PROCESSO	VARA	PARTES	PAD	ANDAMENTO
0012203-89.2015.403.6000	1ª FED C. Grande	Coren x JBS S/A - Unidade I	241/2015	Sentença totalmente improcedente. Entramos com recurso de apelação.
0000896-46.2012.403.6000	6ª FED C. Grande	Coren x Aghata C. F. G. Molinari & Fábio Molinari		Procedente para manter enfermeiro durante todo período de funcionamento da clínica.
0012037-91.2014.403.6000	1ª FED C. Grande	Coren x Unimed Campo Grande (SOS UNIMED)	559/2013	Procedente: Transportes em ambulância contem com enfermeiro na equipe. TRF reverteu determinando que não é necessário ter enfermeiro.
0001726-86.2015.403.6006	1ª FED Naviraí	Coren x Município de Naviraí (ESF e SAMU)	192/2014	Procedente: Afastar Aux. de enfermagem (equipes de urgência e emergência), inclusive SAMU e que transporte em ambulância, inclusive SAMU, tenha enfermeiro. Município recorreu. No TRF3.
0000012-91.2015.403.6006	1ª FED Naviraí	Coren x Município de Naviraí (HOSP. MUNICIPAL)	086/2012	Parcialmente procedente: Afastar Aux. De Enfermagem de auxílio à cirurgia e impedi-los de atuar nas equipes de urgência e emergência.

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AJUIZADAS EM 2018

PROCESSO	VARA	PARTES
5000113-50.2018.4.03.6002	2ª FED Dourados	Coren x Asilo da Velhice Desamparada de Dourados
5000367-23.2018.4.03.6002	1ª FED Dourados	Coren x Fundação dos Serv. Saúde DDOS – Hosp. Vida
5000413-12.2018.4.03.6002	1ª FED Dourados	Coren x Seara Alimentos
5000041-54.2018.4.03.6005	1ª FED P. Porã	Coren x Município de Laguna Carapã – Hosp. Municipal
5001000-34.2018.4.03.6002	1ª FED Dourados	Coren x Município de vicentina
5001153-67.2018.4.03.6002	2ª FED Dourados	Coren x Funsaud (UPA Afrânio Martins)
5000368-93.2018.4.03.6006	1º FED Naviraí	Coren x Município de Iguatemi
5000902-46.2018.4.03.6003	1ª FED Três Lagoas	Coren x International Paper do Brasil
5000597-59.2018.4.03.6004	1ª FED Corumbá	Coren x Assoc. Ben. de Corumbá - Exec. Título Extrajudicial
5001158-80.2018.4.03.6005	1ª FED Ponta Porã	Coren x Município de Paranhos (Hosp. E Mat. N. S. da Conceição)

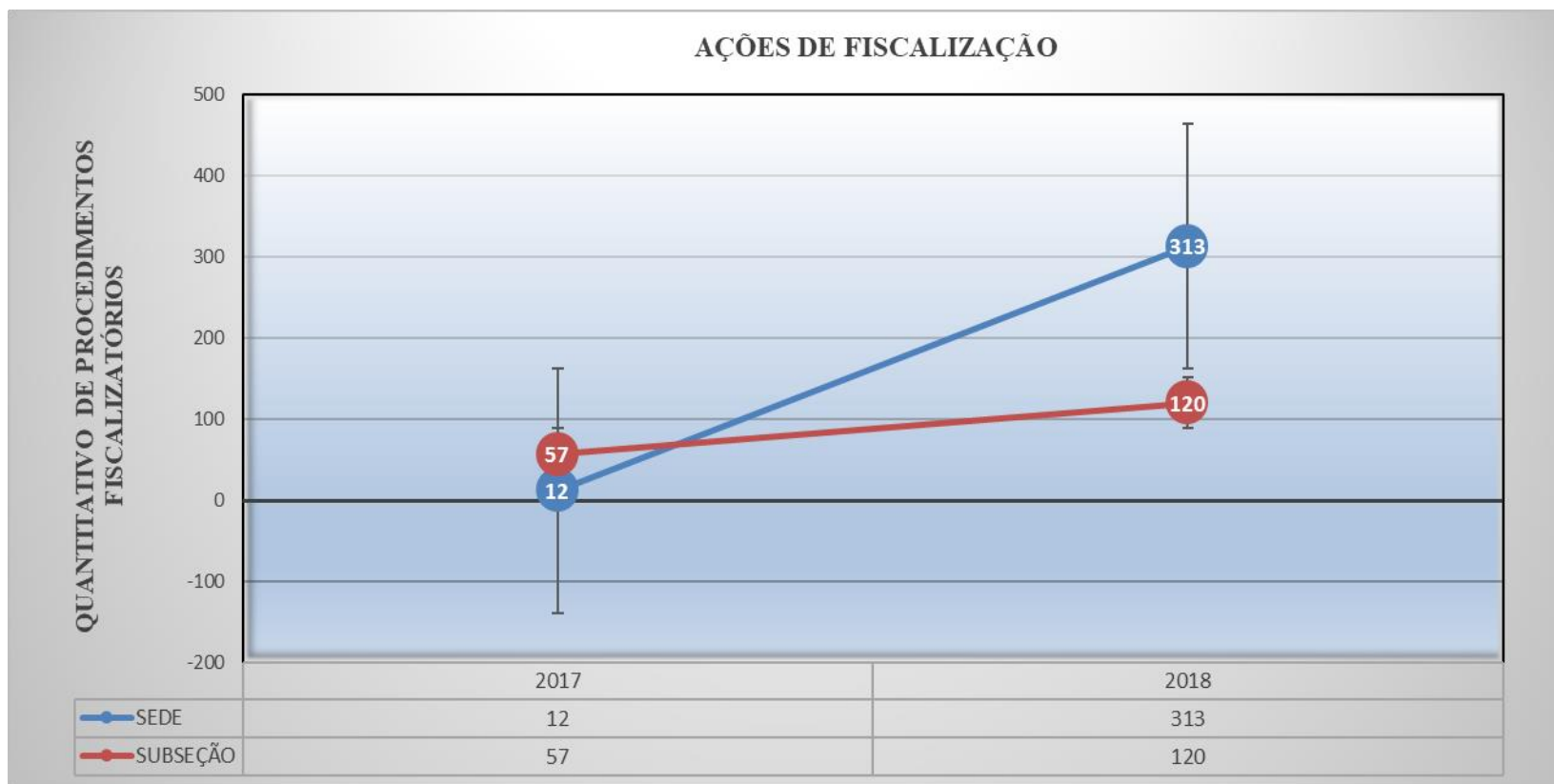
TAC's (Termo de Ajuste de Condutas) e TEC's (Termo de Comparecimento)

Foi logrado êxito para realização de TAC em apenas duas instituições no ano de 2018, sendo elas: Hospital Santa Rita (em Campo Grande) e Sociedade Beneficente de Corumbá.

Para as instituições que não trouxeram preposto com o poder de transigir acordo ou que não tiveram interesse ao feito, foram firmados Termos de Comparecimento onde é registrado tudo que se solicita dentro do PAD e em Notificações e Ofícios. Tendo sido realizado um total de 14 (quatorze) Termos de Comparecimento.

Evolução dos Procedimentos Fiscalizatórios

Os procedimentos fiscalizatórios sofreram uma acentuada evolução em comparação ao ano de 2017, evoluindo de 69 para 433 ações.



Estes números fazem referência ao aumento no percentual de fiscalização que extrapola os 2.608% na SEDE e atinge a casa dos 210.5% na SUBSEÇÃO. Observo que tais números são resultado de esforço mútuo e representam o clima institucional e organização propiciado pela administração ora em vigência no Coren-MS. As ações conjuntas nos municípios do interior do estado foram marcos na amplitude, de todos os atendimentos prestados e procedimentos realizados, nunca antes alcançado por este Conselho.

Atingimos cobertura em 100% nos serviços de saúde pública disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde na capital e em Dourados, patamar este nunca vislumbrado nas ações anteriores do Conselho. Influenciamos diretamente na execução de procedimentos de validação dos processos de esterilização na cidade de Campo Grande e em Dourados, garantindo a prestação de um serviço de maior qualidade para a população e segurança ao exercer a profissão para os profissionais de Enfermagem.

Outras ações realizadas fazem referência ao determinado por demandas da **CTFIS/Cofen**, demandas estas abaixo citadas de forma sucinta:

- **CTFIS/Cofen** – Relatórios sobre a realização de fiscalizações e demais atividades do Regional levantando quantitativos de instituições de saúde do Estado (região metropolitana e interior) que oferecem serviço de hemodiálise e seus respectivos cadastros junto ao CNES.
- **Cofen** – Relatório confeccionado e enviado em razão de ação movida pelo Conselho Federal de Farmácia contra o Cofen, em razão de Resolução 257/2001. Viabilizado através de realização de levantamento referente aos serviços específicos que atuam no segmento de oncologia/quimioterapia no estado do Mato Grosso do Sul.
- **Cofen** – Apreciação, preenchimento e retornos com correção de extensa pesquisa intitulada “Sistematização do Processo de Fiscalização do Exercício Profissional de Enfermagem: uma abordagem de Gestão de Riscos”, referente ao projeto de Mestrado Profissional do funcionário do Cofen, Sr. Eliezer, da Universidade de Brasília (UnB).
- **CTFIS/Cofen** - Confecção de relatórios com levantamento de instituições fiscalizadas, procedimentos fiscalizatórios realizados, tipos de procedimentos de fiscalização, quantidade de profissionais atingidos em ato de fiscalização, recursos humanos do departamento de fiscalização e infraestrutura do DFIS, (os dados foram solicitados em duas ocasiões este ano).

Seguindo o relato, participamos de uma ação em conjunto com o Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso do Sul onde priorizou-se a finalização nos serviços da atenção básica na Micro Região do alto taquari que abrange os municípios de Alcinópolis; Camapuã; Coxim; Figueirão; Pedro Gomes; Rio Verde de Mato Grosso; São Gabriel do Oeste; Sonora.

Em um feito inédito, nesta ação, concluiu-se a fiscalização em 100% das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde nos municípios de Camapuã, Figueirão e Alcinópolis, que não recebiam fiscalizações desde 2014.

Também em 2018, o Departamento de Fiscalização concluiu em 100% as unidades de saúde de Jaraguari – MS, Bandeirantes – MS, Agua Clara – MS, São Gabriel do Oeste – MS, Rio Verde – MS, Coxim – MS (Secretaria Municipal de Saúde), Sonora – MS (Secretaria

Municipal de Saúde), e Paraíso das Águas – MS. Na Região Oeste do Estado ocorreu fiscalizações e a conclusão total das instituições de saúde pública nos Municípios de Corumbá e Ladário.

Executamos atividades em decorrência de determinações do Conselho Federal como a elaboração de instrumentos próprios para a realização de diligência a todos os serviços de Hemodiálise no estado com prazo extremamente justo, porém com a conclusão das averiguações e emissão dos relatórios dentro do período estipulado, ações igualmente complexas foram realizadas nos serviços de oncologia em todo estado, novamente com a elaboração de instrumentos próprios, realização de diligências e elaboração do relatório desta atividade com emissão deste ao Cofen dentro do prazo.

Outras ações diligenciadas pelo Ministério Público foram igualmente cumpridas, como também o que foi determinado pela mediação sanitária, onde não poupou-se esforços e recursos, sejam eles materiais ou humanos em prol do atendimento e da incumbência de irmos à todas as aldeias e serviços da atenção à saúde indígena restritos ao território da microrregião de Ponta Porã, tendo novamente cumprido em sua totalidade a tarefa, com emissão de relatórios circunstanciados, notificações e início das tratativas visando a adequação dos cuidados de enfermagem prestados, inclusive de suas fragilidades, bem como deficiências no dimensionamento das equipes de enfermagem.

Os responsáveis, pela prestação dos serviços disponibilizados na atenção à saúde indígena no Estado, foram convidados a estreitarem laços junto ao conselho, buscando viabilizar uma prestação de serviços de enfermagem livre de danos e sem a possibilidade de incorrer em negligência, imperícia ou imprudência.

O desencadear desta ação e seus resultados se mostraram tão positivos que foi percebido pela Presidência a necessidade de dar continuidade nas ações surgindo a proposta de extensão desta ação visando atingir todas as demais regiões do estado onde existam essa modalidade de assistência no primeiro trimestre do próximo ano.

Jornal Eletrônico Informativo Pantaneiro

O Conselho deu um grande passo no fortalecimento da comunicação entre Conselho e os profissionais de Enfermagem e a sociedade em geral, com o lançamento do Jornal Eletrônico “Informativo Pantaneiro” a primeira edição foi em abril/2018.

Segue mensagem na íntegra da primeira edição escrita pela atual gestão.

“Prezados profissionais de enfermagem do Mato Grosso do Sul, é com muita satisfação que lançamos a primeira edição do jornal eletrônico do Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul, intitulado “Informativo Enfermagem Pantaneira”. O título remete a alusão ao nosso pantanal, identidade Sul-mato-grossense que nos enaltece. Queremos aproximar a enfermagem, oportunizar que todos conheçam as ações do Coren-MS, bem como divulgar as atividades que são desenvolvidas por profissionais em todo o estado. Para tanto, teremos uma seção destinada à divulgação de notícias exclusivas dos profissionais de enfermagem de todas as localidades do estado, basta nos enviar foto e uma pequena redação descrevendo a atividade/ação. Acreditamos ser uma oportunidade para melhorar o marketing da enfermagem, necessário para a valorização de uma das mais importantes profissões, a enfermagem, desenvolvida por enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Nossos agradecimentos ao Conselho Federal de Enfermagem, na pessoa do Presidente Manoel Carlos Neri Silva, que atendeu ao pedido para tornar possível a implantação do – Informativo de Enfermagem Pantaneira -, cuja arte foi criada pelo funcionário do COFEN Sandy Andrade, muito obrigado! Contamos com a participação de todos. Cordial abraço do Plenário do Coren-MS.”

Encerramos o ano com 9 Edições publicadas e atingindo o objetivo de transparência e publicidade dos atos do conselho.

Entrevistas do Presidente em:

TV

Apresentação do que significa o mês da enfermagem e os avanços propiciados pela categoria de enfermagem

http://ms.corens.portalcofen.gov.br/video-presidente-do-coren-ms-divulga-a-7a-de-enfermagem-na-tv-o-estado-ms_14189.html

Entrevista para a TV Morena sobre assuntos relacionados a fiscalização na UPA Vila Almeida

http://ms.corens.portalcofen.gov.br/em-fiscalizacao-coren-ms-constata-falta-de-profissionais_17491.html

TV Educativa MS Presidente do Coren-MS é entrevistado pela equipe da TVE

http://ms.corens.portalcofen.gov.br/presidente-do-coren-ms-e-entrevistado-pela-equipe-da-tve_13837.html

TVi Interativa Em entrevista à TVi, presidente do Coren-MS denuncia situação de UPA

https://www.facebook.com/740978482757992/posts/973559112833260/?_rdc=2&_rdr

Rádios

102.7 em Campo Grande-MS Gastos do SUS com o aborto

<https://www.blink102.com.br/sus-gasta-quase-meio-bilhao-de-reais-para-tratar-consequencias-do-aborto-no-brasil-ouca-entrevista/>

94FM em Dourados-MS precariedade no número de profissionais no Hospital da Vida de Dourados

<https://www.94fmdourados.com.br/noticias/dourados/falta-de-profissionais-prejudica-atendimento-no-hospital-da-vida-diz-conselho-de-enfermagem>

Rádio CBN presidente do Coren-MS fala sobre violência obstétrica

http://ms.corens.portalcofen.gov.br/em-entrevista-a-cbn-presidente-do-coren-ms-fala-sobre-violencia-obstetrica_13465.html

Jornais

Divulgação de evento e serviços do Coren-MS: Jornal O Estado de 16 de janeiro de 2018, disponível em:
http://www.oe10.com.br/noticia/13929/conselho_regional_aprova_aa_semana_da_enfermagem_sulmatogrossense

Apresentação da nova gestão do Coren-MS e do planejamento político do triênio 2018 a 2020, em 30 de janeiro de 2018, disponível em: http://ms.corens.portalcofen.gov.br/presidente-do-coren-ms-se-diz-politicamente-preparado-e-considera-cargo-uma-missao_12941.html

Divulgação da semana da enfermagem, em 8 de maio

<http://www.acritica.net/editorias/geral/capital-realiza-a-7a-semana-sul-mato-grossense-de-enfermagem/294451/>

Superlotação em Unidades de Pronto Atendimento

<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/11/06/fiscalizacao-em-upa-de-ms-aponta-superlotacao-em-ate-150-lencois-inadequados-e-ate-falta-de-luvas.ghtml>

Força tarefa para fiscalização do Coren-MS em Aldeias indígenas

<https://www.progresso.com.br/sociedade/saude/forca-tarefa-do-coren-ms-fiscaliza-postos-de-saude-em-aldeias/364533/>

Participação em audiência pública sobre o trabalho em enfermagem obstétrica

http://ms.corens.portalcofen.gov.br/coren-ms-participa-de-audiencia-publica_13745.html

Divulgação de evento em Nova Andradina-MS

<http://www.jionline.com.br/geral/evento-reune-profissionais-da-enfermagem-em-nova-andradina/10863/>

Divulgação de resultado da Fiscalização No Hospital da Vida em Dourados-MS

<https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/conselho-detecta-situacao-insalubre-no-hospital-da-vida-e-pede-audiencia>

Denúncia de falta de insumos, medicamentos e recursos humanos no Hospital da Vida em Dourados-MS

<http://www.douradosnews.com.br/dourados/mp-vai-ao-hospital-da-vida-verificar-denuncias-de-irregularidades/1087992/>

Representação do Coren-MS em solenidade de entrega do prêmio Wanda Horta

<https://www.jornaldoestadoms.com/2018/07/vereadora-enfermeira-cida-amaral.html>

Contato Pessoal com profissionais de enfermagem

O Conselho representado pelas suas áreas: Cobrança, Cadastro, Conselheiros, Departamento de Fiscalização, Câmaras Técnicas de Assistência e de Educação, Grupo de Trabalho em Saúde da Mulher manteve contato pessoal com profissionais de enfermagem das cidades que integram as 100% das regiões norte e oeste e a maioria dos municípios das regiões leste e sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Com intuito de aproximação com os profissionais de enfermagem, ouvi-los e faze-los conhecer o papel do Conselho.

Julgamentos dos Processos Éticos

O Setor de Processos Ético-Disciplinares do Conselho executa a atividade fim do Sistema Cofen/Coren, que disciplina a profissão de Enfermagem, como Tribunal de Ética, e previsão em sua lei de criação, art. 2º e 15 da Lei 5.905/73.

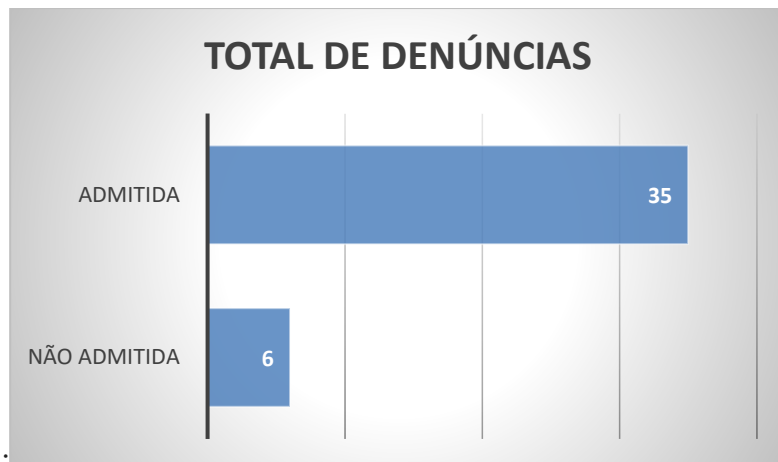
O setor passou por auditoria nos meses de janeiro e fevereiro e foi constatado pela Comissão de Auditoria que haviam processos prescritos bem como aguardando a nomeação de comissão de instrução durante meses. Assim sendo, o Regional promoveu as seguintes ações:

- ✓ Reestruturação da área com a contratação de Assessoria Jurídica;
- ✓ Curso de capacitação para a instrução de Processos Ético-Disciplinares para os futuros colaboradores que iriam compor as Comissões de Instrução, devido as dificuldades que estes tinham na instrução dos processos;
- ✓ Em agosto de 2018 foi realizado no Regional a visita técnica de Auditoria e Treinamento do Setor de Processos Ético-Disciplinares do Conselho Federal de Enfermagem, que aperfeiçoou a metodologia de trabalho do setor e das Comissões de Instrução.

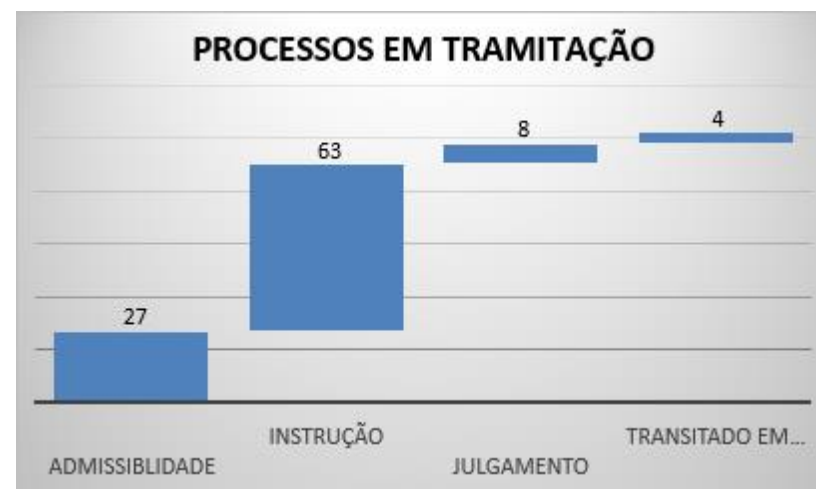
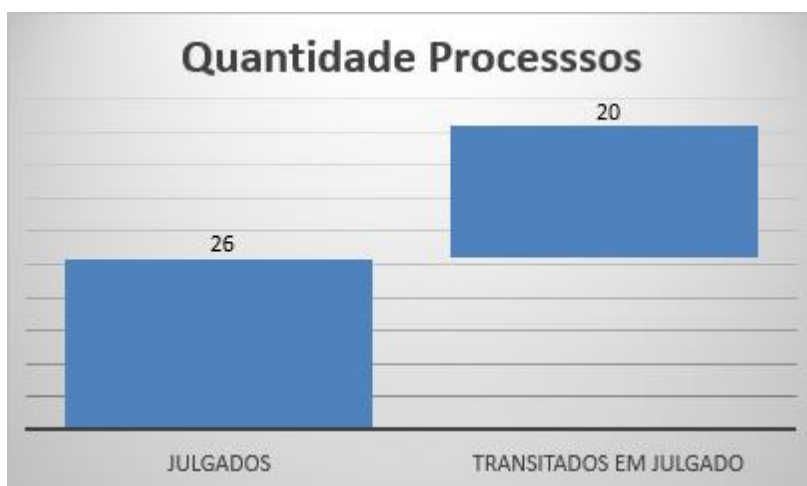
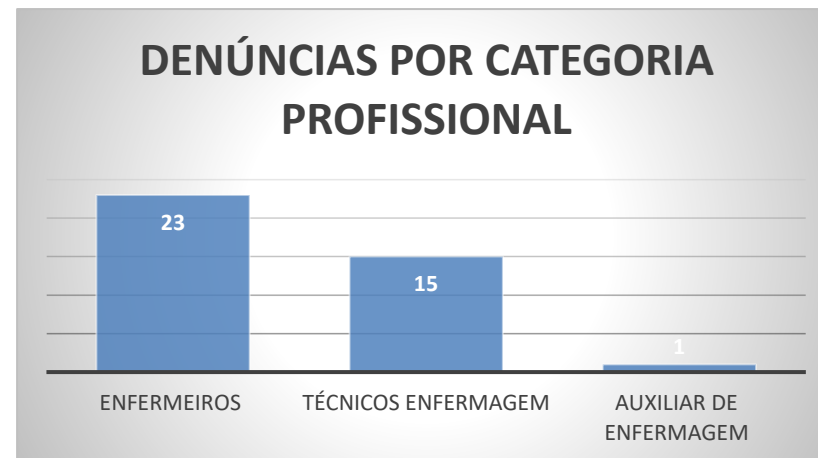
Foi adotado a postura de acompanhamento da Assessoria Jurídica nas atividades desenvolvidas pelas Comissões de instrução, ressalta-se que esta ação possui papel de relevância nas atividades das Comissões de Instrução, pois os Processos Éticos Disciplinares possuem natureza jurídica de Processo Administrativo com regras de Processo Judicial. Assim, as situações de nulidade processual são evitadas e ganham celeridade nos procedimentos da área.

O Conselho Federal de Enfermagem editou a Resolução nº 598/2018, que determina a todos os Regionais encaminhar trimestralmente, a partir de janeiro de 2019, Relatório de Situação dos Processos Ético-Disciplinares, conforme as tabelas constantes no anexo da Resolução, sob pena de inabilitar o Regional inadimplente para o recebimento de recursos financeiros do Cofen.

Nossa área realizou as seguintes demandas no ano de 2018:



*2 Denúncias não admitidas foram efetuadas no ano de 2017.



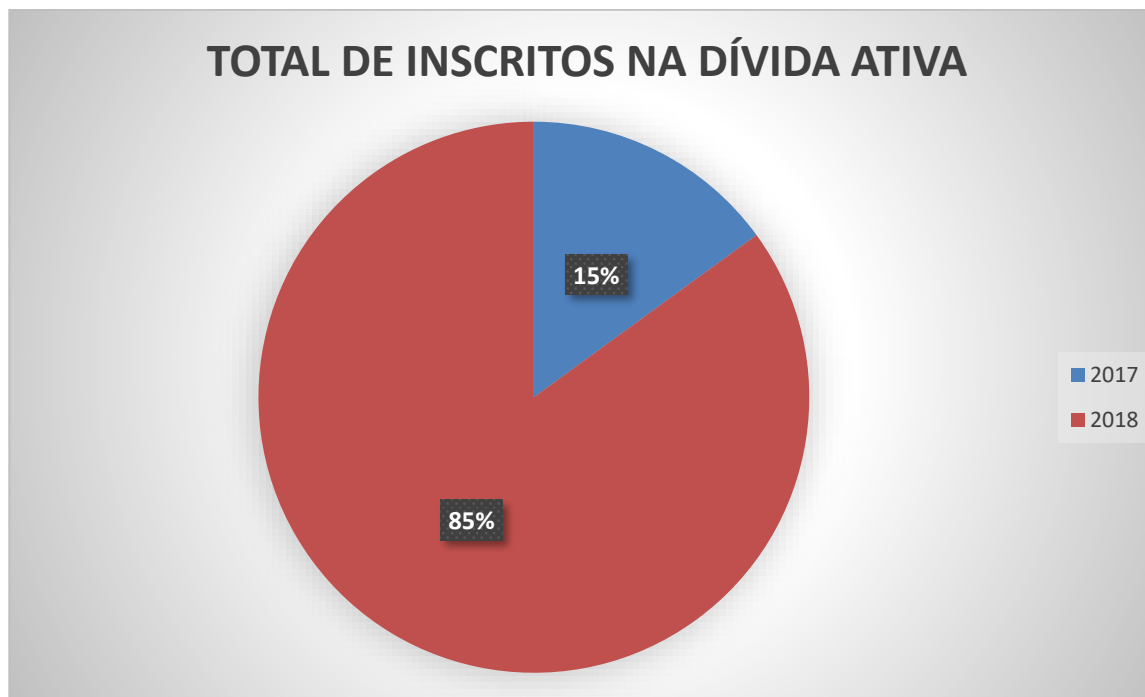
RESULTADO DOS PROCESSOS JULGADOS			
PROCESSOS ÉTICOS JULGADOS EM 2018	PROFISSIONAIS DENUNCIADOS	NR DECISÃO	RESULTADO
PED 046/2011	Coren-MS nº 145852-TE	Decisão nº 009/2018	Absolvido por unanimidade
PED 049/2011	Coren-MS nº 50454-ENF	Decisão nº 054/2018	Absolvido por unanimidade
PED 732/2012	Coren-MS nº 91211-ENF; Coren-MS nº 207202 - ENF; Coren-MS nº 2126/2011-ENF	Decisão nº 012/2018	Absolvidos por unanimidade
PED 1041/2012	Coren-MS nº 284860-TE	Decisão nº 011/2018	Condenado a penalidade de Censura
PED 667/2013	Coren-MS nº 186871-ENF	Decisão nº 045/2018	Homologação de conciliação
PED 865/2013	Coren-MS nº 572785-ENF; Coren-MS nº 476229 - ENF; Coren-MS nº 446667 -TE; Coren-MS nº 318500 - TE; Coren-MS nº 219750- ENF; Coren-MS nº 75743-ENF.	Decisão de retorno dos autos à Comissão de Instrução.	Retorno dos autos a Comissão de Instrução
PED 006/2014	Coren-MS nº 550164 - TE	Decisão nº 058/2018	Absolvido por unanimidade
PED 001/2015	Coren-MS nº 580823 - TE	Decisão nº 094/2018	Absolvido por unanimidade
PED 003/2015	Coren-MS nº 185300 - ENF	Decisão nº 010/2018	Condenado a advertência verbal
PED 004/2015	Coren-MS nº 184470-ENF; Coren-MS nº 447680 - AE	Decisão 025/2018	Absolvidos por unanimidade
PED 006/2015	Coren-MS nº 961081-TE	Decisão de retorno dos autos à Comissão de Instrução.	Retorno dos autos a Comissão de Instrução
PED 007/2015	Coren-MS nº 917435 - TE	Decisão nº 043/2018	Absolvido por unanimidade
PED 009/2015	Coren-MS nº 365532 -TE; Coren-MS nº 356156 - TE; Coren-MS nº 645213 - TE;	Decisão nº 046/2018	Homologação de conciliação
PED 001/2016	Coren-MS nº 75743 - ENF	Decisão nº 047/2018	Absolvido por unanimidade
PED 002/2016	Coren-MS nº 223390 - ENF; Coren-MS nº 75743-ENF	Decisão 024/2018	Absolvido o profissional Coren-MS nº 223390 e Condenado o profissional Coren-MS n. 75743-ENF à penalidade de advertência verbal
PED 003/2016	Coren-MS nº 230062 - ENF; Coren-MS nº 224185 - ENF	Decisão nº 022/2018	Condenados à penalidade de censura
PED 005/2016	Coren-MS nº 280468 - ENF; Coren-MS nº 487879-TE.	Decisão nº 023/2018	Absolvidos por unanimidade
PED 006/2016	Coren-MS nº 348766 - ENF	Decisão nº 057/2018	Absolvido por unanimidade
PED 002/2017	Coren-MS nº 114836 - ENF	Decisão nº 026/2018	Absolvido por unanimidade
PED 006/2017	Coren-MS nº 374358 - ENF	Decisão nº 107/2018	Homologação de conciliação
PED 012/2017	Coren-MS nº 712924 - TE	Decisão nº 068/2018	Absolvido por unanimidade
PED 016/2017	Coren-MS nº 207425 - ENF	Decisão nº 113/2018	Condenado à penalidade de advertência verbal
PED 025/2017	Coren-MS nº 1155007 - TE	Decisão nº 103/2018	Condenada à penalidade de suspensão por 15 dias e multa de três vezes o valor da anuidade
PED 003/2018	Coren-MS nº 313663 - TE	Decisão nº 106/2018	Homologação de conciliação
PED 006/2018	Coren-MS nº 177038 - ENF	Decisão nº 108/2018	Absolvido por unanimidade
PED 012/2018	Coren-MS nº 457761 - ENF	Decisão nº 036/2018	Homologação de conciliação

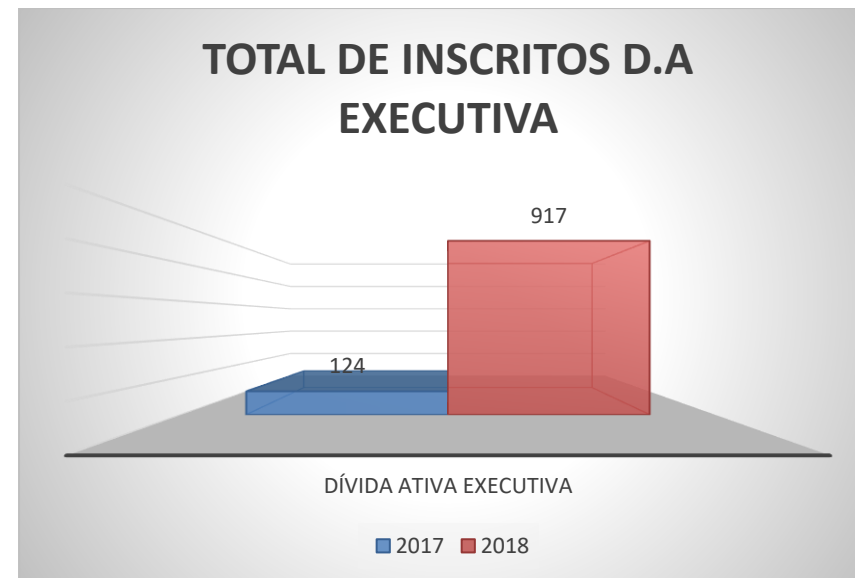
Inscrição e total recebidos em Dívida Ativa

A nova diretoria do Coren-MS, prezou neste primeiro ano de gestão, pela reestruturação dos processos internos de Controle e inscrição de Dívida Ativa.

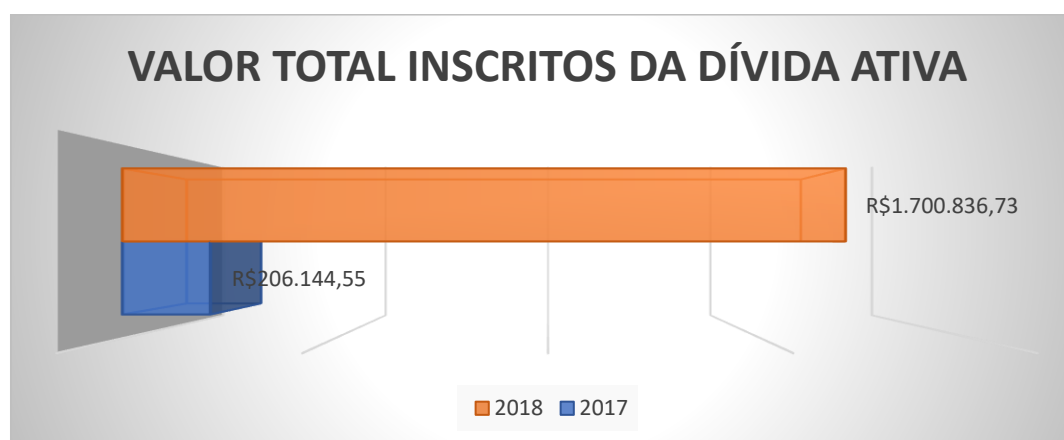
O setor de cobrança passou a trabalhar em consonância com o Setor Jurídico. Tais alterações foram positivas em relação ao ano de 2017, conforme os indicadores evidenciados nos gráficos a seguir.

O total de inscritos teve aumento de 567% em relação ao ano anterior. Em 2017 foram 243 inscritos e no ano de 2018 foram 1.379 novas inscrições.

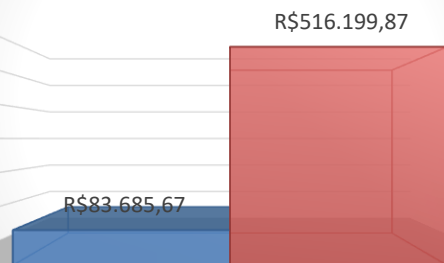




O valor total de inscritos também foram superados no percentual de 825%, sendo que 2017 o valor foi de R\$ 206.144,55 e no ano de 2018 foi de R\$1.700.836,73.

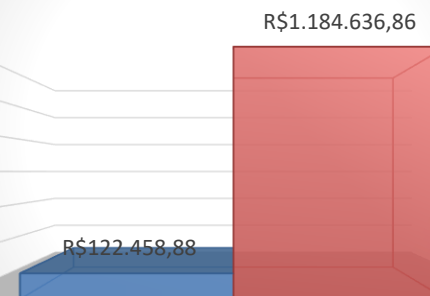


VALOR INSCRITOS D.A ADMINISTRATIVA



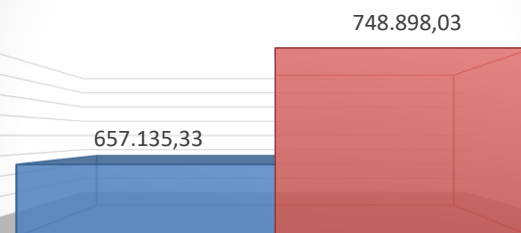
■ 2017 ■ 2018

VALOR INSCRITOS D.A EXECUTIVA



■ 2017 ■ 2018

RECEBIMENTO DÍVIDA ATIVA



■ 2017 ■ 2018

No ano de 2018, foram distribuídas 669 ações iniciais de Execuções Fiscais e foram realizadas 20 audiências.

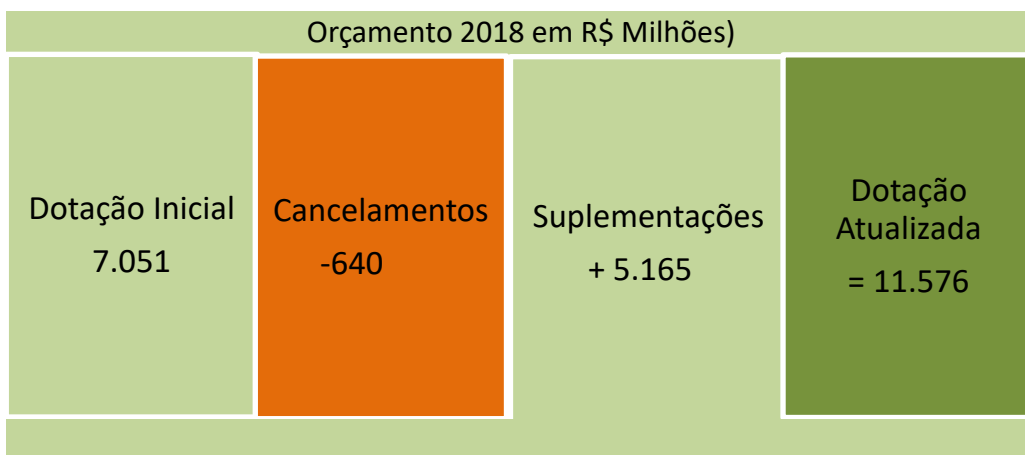
RELAÇÃO DE AUDIÊNCIAS		
DATA	AUDIÊNCIA	LOCAL
06/02/2018	MPT PROCESSO N° 001040.2017.24.000/3 - SESAU	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
06/02/2018	MPT PROCESSO N° 001137.2017.24.000/2 - SESAU	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
13/03/2018	PROCESSO ÉTICO N° 037/2015 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - CRM/MS	DOURADOS/MS
04/04/2018	Proc. 5000113-50.2018.4.03.6002 Coren x Asilo da Velhice Desamparada de Dourados	2ª Vara Federal de Dourados
06/04/2018	MPT	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
13/04/2018	Consumidor Maria Sonia de Souza x Coren - Processo 50.001.001.18-0005768 - PROCON	PROCON
25/04/2018	COREN/MS X SESAU - UNID. ALESSANDRO MARTINS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
03/05/2018	Município de Laguna Carapã x Coren	Ponta Porã
09/05/2018	AJ Processo 00044617620164036000 - Coren x Centro Espírita Discípulos de Jesus -	2ª Vara Federal Campo Grande
25/05/2018	COREN/MS X FUNSAUD	CENTRAL DE CONCILIAÇÃO UNIDERP
25/05/2018	COREN/MS X SEARA ALIMENTOS LTDA	CENTRAL DE CONCILIAÇÃO UNIDERP
08/06/2018	COREN/MS X LUZIA GONÇALVES DE ALMEIDA	PROCON
26/06/2018	COREN/MS x Associação Beneficente de Angélica - Proc 0011335-14.2015.403.6000	UNIVERSIDADE UNIDERP
04/07/2018	COREN/MS X AMARILIS PEREIRA AMARAL	4ª Vara Justiça Federal
25/07/2018	CorenxEronildoXTATI	5ª VARA FEDERAL DE CAMPO GRANDE
22/08/2018	Coren x FUNSAUD- UPA AFRÂNIO MARTINS - 5001153-67.2018.4.03.6002(redesignada)	2ª Vara Federal de Dourados
29/08/2018	Coren x Município de Laguna Carapã - 50000041-54.2018.4.03.6005	1ª Vara Federal de PONTA PORÃ
11/09/2018	Coren x Município de Iguatemi - 5000368-93.2018.4.03.6006	1ª Vara Federal de Naviraí
17/09/2018	Coren x Município de Vicentina - 5001000-34.2018.4.03.6002	UNIDERP
19/09/2018	Coren x Asilo da Velhice Desamparada de Dourados	2ª Vara Federal de Dourados
26/09/2018	Coren x FUNSAUD- UPA AFRÂNIO MARTINS - 5001153-67.2018.4.03.6002	2ª Vara Federal de Dourados
10/10/2018	MPT - Dr. Celso Henrique - sobre UBS Nova Bahia - Procedimento IC 001040.2017.24.000/3	
11/12/2018	Coren x Mun. De Paranhos - 5001158-80.2018.4.03.6005	1 Vara de Ponta Porã
12/12/2018	JUSTIÇA FEDERAL DE TRÊS LAGOAS - CONCILIAÇÃO DE EXECUÇÕES FISCAIS 70 AUDIÊNCIAS	1ª VARA DE TRÊS LAGOAS

CAPÍTULO 5 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

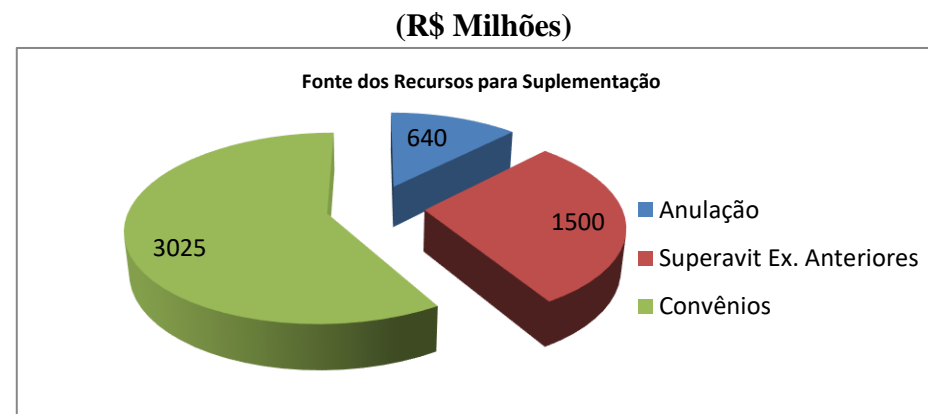
Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do COREN/MS atende ao princípio do orçamento bruto. A programação orçamentária não depende do orçamento da União, e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades devidas pelos profissionais inscritos, dos emolumentos, anotações de responsabilidade técnica, multas de infração e outras previstas na legislação.

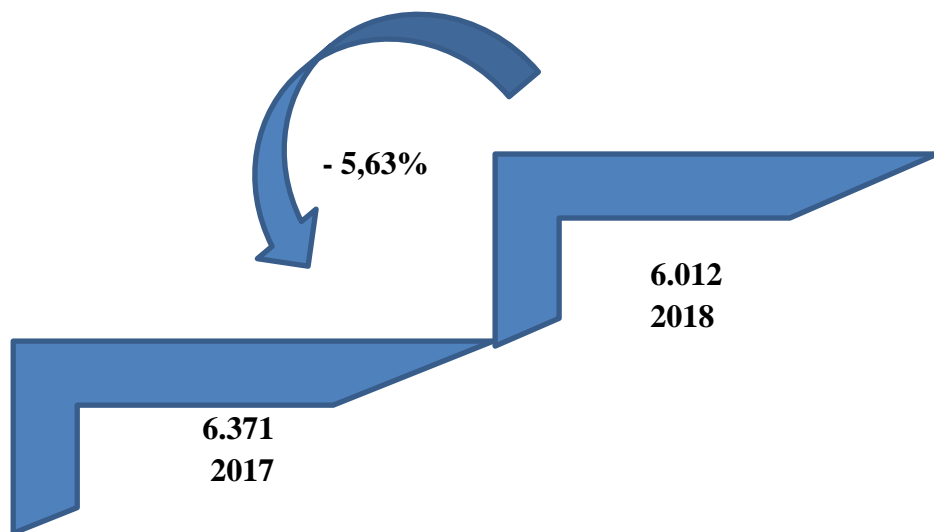
A Proposta Orçamentaria deve ser enviada ao COFEN até o dia 31 de outubro de cada ano ao COFEN, em atendimento do disposto no artigo 2º da Resolução Cofen Nº503/2016 e essa mesma norma em seu artigo 4º autoriza aos Conselhos Regionais de Enfermagem, no período de janeiro a dezembro, a modificarem seus orçamentos por meio de reformulações orçamentárias. No exercício de 2018 foram realizadas sete reformulações orçamentárias. A proposta Inicial do Orçamento de 2018 consignou dotação orçamentária no total de R\$ 7.051 milhões. Contudo as aberturas de créditos no valor de R\$ 640 e Suplementações no valor de R\$ 5.165 redimensionaram o orçamento de 2018 para a cifra de R\$ 11.576 milhões.



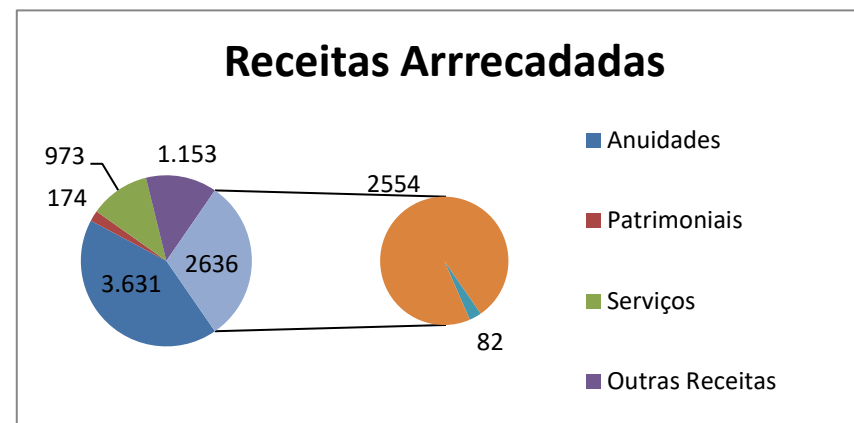
As fontes de Recursos para as suplementações das Receitas estão demonstradas no gráfico abaixo:



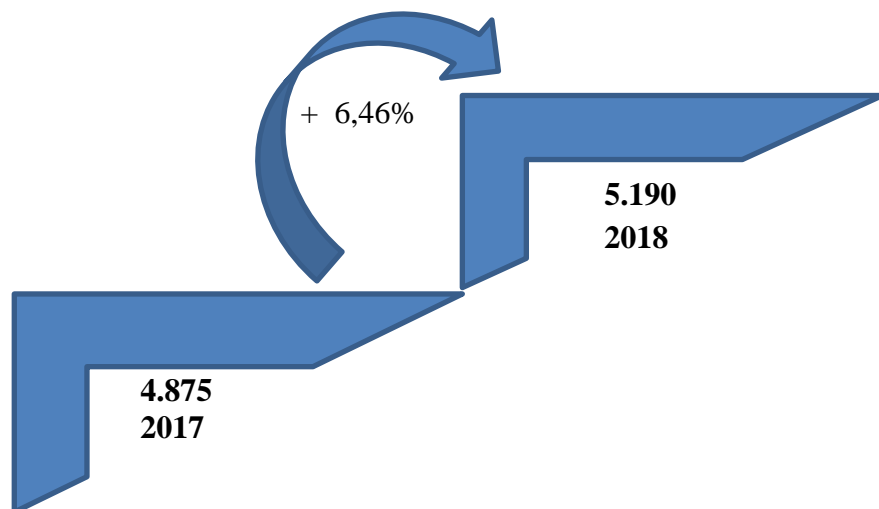
Em 2018 a arrecadação de receitas correntes foi de R\$ 6.012 milhões, o que representou um decréscimo de 5,63% em relação a 2017 que foi de R\$ 6.371 milhões.



Arrecadação Total em 2018 no valor de 6.012 milhões estão assim distribuídas:



O valor pago em 2018 totalizou 5.190 milhões, o que representou um acréscimo de 6,46% em relação a 2017 que foi de 4.875 milhões.



5.190 milhões As Despesas Pagas em 2018 no valor de R\$ estão assim distribuídas:



A diferença entre valor empenhado e pago de R\$ 3.134 milhões, foram classificados em Restos a Pagar Processados e não Processados.



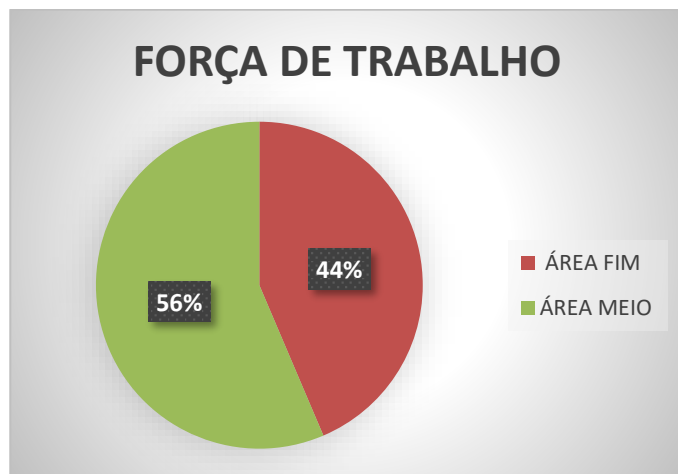
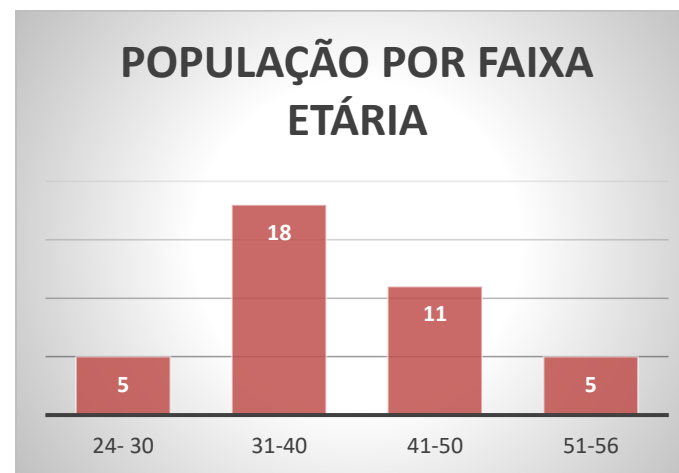
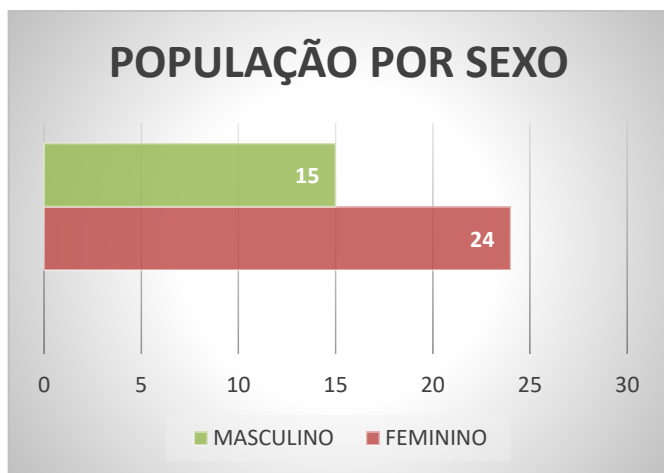
Gestão de Pessoas

A conformidade legal está na Lei 5905/73, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais e dá outras providências. Nossa estratégia de recrutamento e alocação de pessoas é através de concursos e nomeação de cargos.

Atualmente não temos empregados inativos e pensionista que geram despesas ao Conselho. Os empregados de licença médica fazem jus ao auxílio alimentação e esse valor já está incluso nos valores de despesas com pessoal.

As capacitações que temos são treinamentos dado pelo Conselho Federal de Enfermagem, um deles é o Seminário Administrativo Anual que abrange temas do âmbito dos conselhos de fiscalização. Há casos de treinamentos específicos por área e quando solicitados pelos empregados passa por aprovação na Plenária. Ressalta-se que o Plenário aprovou a liberação de dois empregados públicos para Curso de Mestrado e Doutorado.

O principal desafio no ano de 2018 foi o absenteísmo dos empregados, tendo que haver ações imediatas de remanejamento das atividades para que não houvesse prejuízo nas demandas administrativas.

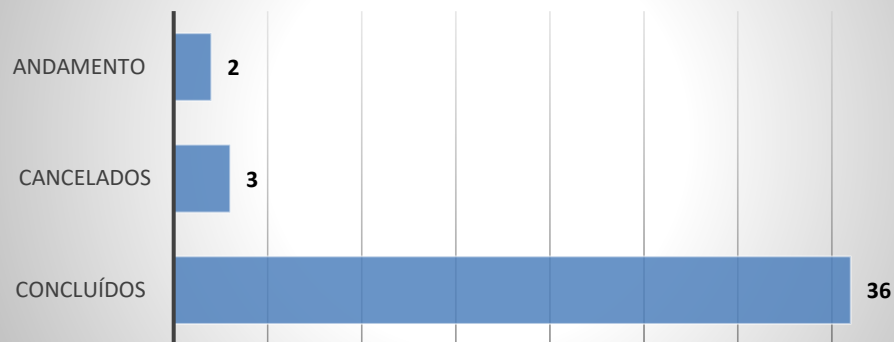


Comparando os anos de 2017 e 2018, tivemos um aumento na folha de pagamento, em virtude de contratação de novos cargos, aumento de viagens de fiscalização e atendimento a profissionais no interior, dissídios e o benefício do auxílio refeição. Em contrapartida as horas extras diminuíram em 50%, por determinação da nova Diretoria ficou proibido os empregados fazerem horas extras sem autorização prévia.

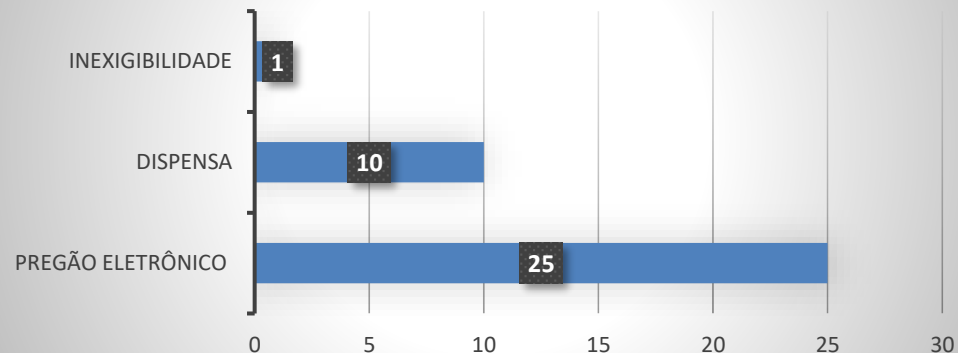
ANO DE 2017					
SALÁRIOS	GRATIFICAÇÕES	BENEFÍCIOS	HORAS EXTRAS	DIÁRIAS	TOTAL
R\$ 823.732,01	R\$ 172.703,50	R\$ 238.037,24	R\$ 26.049,61	R\$ 52.584,00	R\$ 1.313.106,36
ANO DE 2018					
SALÁRIOS	GRATIFICAÇÕES	BENEFÍCIOS	HORAS EXTRAS	DIÁRIAS	TOTAL
R\$ 793.565,23	R\$ 202.834,79	R\$ 313.430,71	R\$ 12.141,28	R\$ 126.291,00	R\$ 1.448.263,01

Gestão Licitação e Contratos

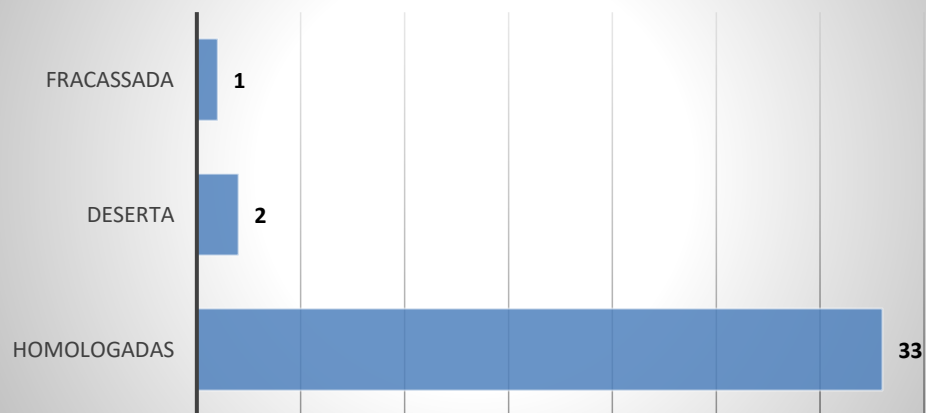
TOTAL DE LICITAÇÕES ANO 2018



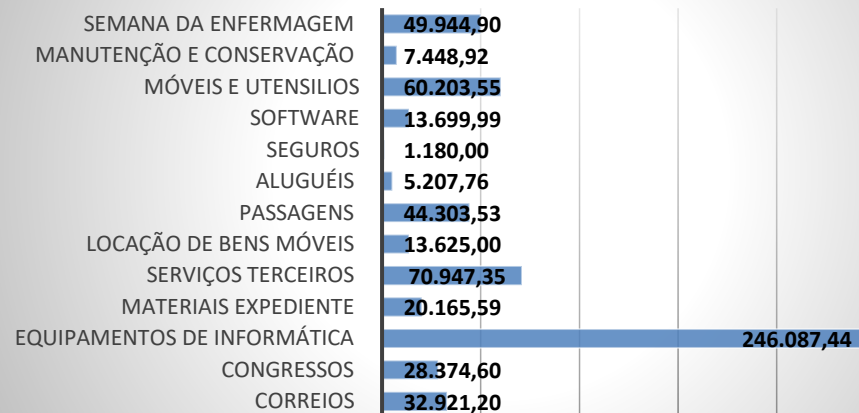
TIPOS DE LICITAÇÃO EFETIVADAS



RESULTADO DOS PROCESSOS



TIPO DE DESPESAS LICITADAS



Gestão de Tecnologia da Informação

O Coren-MS possui um Setor de Tecnologia da Informação, onde conta com um profissional Analista de Sistema que desenvolve as atividades de acompanhamento, manutenção e análise de melhorias nos Softwares instalados e em utilização no Órgão.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o Coren-MS observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas pelo Cofen e em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

Modelo de governança

Adotaremos a norma *ISO/IEC 38500*. “A *ISO/IEC 38500* estipula um modelo para a Governança Corporativa de TI, além de definir esse termo como o sistema pelo qual a utilização futura e atual da Tecnologia da Informação é dirigida e controlada”.

Montante de recursos aplicados

Foi investido o valor de R\$ 28.692,30 referente aquisição de 6 computadores DELL.

E ainda em 2018 firmamos um Convênio Nº 025/2018 com o COFEN referente ao projeto Parque Tecnológico/2018 no valor de R\$ 295.175,76 que serão adquiridos os hardwares descritos abaixo, com previsão de entrega em 2019.

Tipo de Equipamentos	Quantidade
Computadores Desktop	39
Switches 10/100/1000	3
Nobreak de 2KVA	2
Nobreak de 800VA	39

Principais iniciativas

Estamos em processo de reestruturação do plano diretor de Tecnologia da Informação, onde buscamos utilizar os softwares hospedados em nuvem (cloud computing).

Hoje temos os seguintes sistemas instalados e em operação:

- a) Windows Server Standard 2008
- b) Windows 7 Pro e 10 Pro
- c) Microsoft Office Professional 2010 Pro e 2016 Pro
- d) Sistema de Registro e Cadastro – SISCAFW – da Implanta Informática LTDA
- e) Sistema de Folha de Pagamento – SSFOLHA – da Supersoft Sistemas ME
- f) Sistema de Contabilidade – SISCONT NET – da Implanta Informática LTDA
- g) Sistema de Patrimônio – SISPAT NET – da Implanta Informática LTDA
- h) Sistema de apoio ao Cadastro e Registro via Web – SISCAFWEB – da Implanta Informática
- i) Banco de Dados *Microsoft SQL Server 2012 Express Edition*®
- j) Sistema de hospedagem em nuvem – Cloud Computing – da Citrix Workspacing

Informações sobre ataques cibernéticos que o conselho sofreu

a) O Conselho sofreu apenas uma intrusão de um RANSOWARE denominado DHARMA, a invasão ocorre quando um usuário da rede recebe um e-mail com anexo danificado e insiste em abri-lo, executando o mesmo.

Medidas que foram tomadas pós-ataque: ações relacionadas à recuperação do sistema

- a) Foi contratada uma empresa, a ECOIT LTDA, especializada em recuperação de dados criptografados por ransomware.
- b) Com a aquisição de novos computadores, serão implantados antivírus de mercado e também a implantação de firewall, como forma de prevenção;
- c) Não houve interrupção e nem prejuízos, o sistema de cadastro foi instalado em nuvem.

- Principais desafios e ações futuras

Desafios – Implementar a Gestão de risco; Entrega de valor: a TI precisa garantir que seus benefícios sejam entregues de forma a serem devidamente executados em todos os setores da organização; alinhamento estratégico: as soluções e práticas de TI devem estar alinhadas a todos os objetivos estratégicos; implantar ações de conscientização dos seus servidores sobre a Segurança de Informação; implementar gestão de recursos: os recursos necessários para que a TI preste seus serviços devem ser geridos da forma mais eficaz. Isso vale tanto para os recursos tecnológicos quanto para os recursos humanos, que operacionalizam os sistemas; implementar mensuração de desempenho: todos os projetos e processos devem ser mensurados, para que seus objetivos sejam alcançados. Utilizar todos os softwares hospedados em nuvem, economizando recursos de infraestrutura e financeiro; Aquisição de soluções de conectividade para ambientes de redes locais (Local Área Network - LAN) visando atender às necessidades de infraestrutura de comunicação de dados, voz e imagem da Sede e Subseções do Coren, com implantação, suporte, garantia, operação assistida e treinamento.

Dificuldades e fraquezas – A necessidade de um aparelho servidor (hardware), que suporte a implantação de softwares, limita a oferta de outros serviços informatizados que possam dinamizar o processo de trabalho.

Declaração da Contadora



O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Conselho Regional de Enfermagem de MS - COREN/MS que são verificadas por meio do Siscont.net confrontando-as com a documentação processual existente, tendo como base as seguintes unidades administrativas: Sede em Campo Grande e a Subseção de Dourados.

O processo de verificação da conformidade contábil no COREN/MS é realizado e assinado pelas contadoras Sandra Rebeca Mayumi Oguihara e Rosana Serejo Martins de Araújo.

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem de MS são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Conselho;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do conselho no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP, Resolução Cofen nº 340/2008 e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Avanços

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 tivemos avanços na qualidade das informações contábeis do Coren/MS, dentre elas destacamos as seguintes:

- Dívida Ativa – elaboração de relatórios mais confiáveis através do Sistema SISCAF;
- Provisão para Perdas de créditos registrados em curto prazo.

Desafios

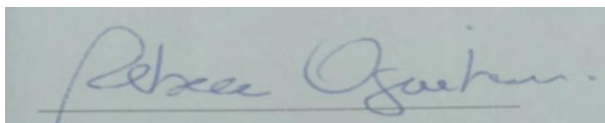
Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho do Coren/MS, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- Contabilização por centro de custos
- Continuar aprimorando os controles de lançamento e recebimento de Dívida Ativa.

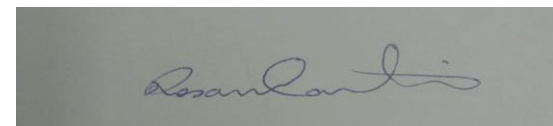
Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Coren/MS.

Campo Grande - MS 28 de fevereiro de 2019.



Sandra Rebeca Mayumi Oguihara
CRC-MS - 014351 - Contadora



Rosana Serejo Martins de Araujo
CRC-MS-3862 - Contadora

CAPÍTULO 6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Coren/MS foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, Resolução Cofen nº 340/2008 e com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios de Contabilidade.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Contábil da Implanta Informática - SISCONT.NET.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I - Balanço Patrimonial (BP);**
- II - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III - Balanço Orçamentário (BO);**
- IV - Balanço Financeiro (BF);**
- V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI - Notas Explicativas**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Regional, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos em curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários (anuidades de pessoas físicas). Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Demais Créditos e Valores em Curto Prazo

Compreendem outros direitos a receber em curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos (ii) impostos a compensar (iii) créditos diversos a receber. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente

Compreendem a cota parte do Cofen, referente anuidades de 2019 recebidas em 2018 de forma antecipada.

Ativo realizável em longo prazo

Compreendem os direitos a receber em longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para perdas dos créditos tributários

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa utilizou-se no ajuste a valor recuperável, a técnica sugerida pelo manual de contabilidade aplicado ao setor público baseado no histórico de recebimentos passados.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, e amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no Coren/MS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação e Amortização de Bens Móveis e Imóveis

A base de cálculo para a depreciação e a amortização é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis do Coren/MS são apuradas pelo Sistema Integrado da Implanta - SISPAT, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

Método das cotas constantes;

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante e não circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) encargos sociais a pagar; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Resultado do Exercício

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- **Patrimonial**
- **Orçamentário**
- **Financeiro**

- **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Conselho.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução em 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Coren/MS, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

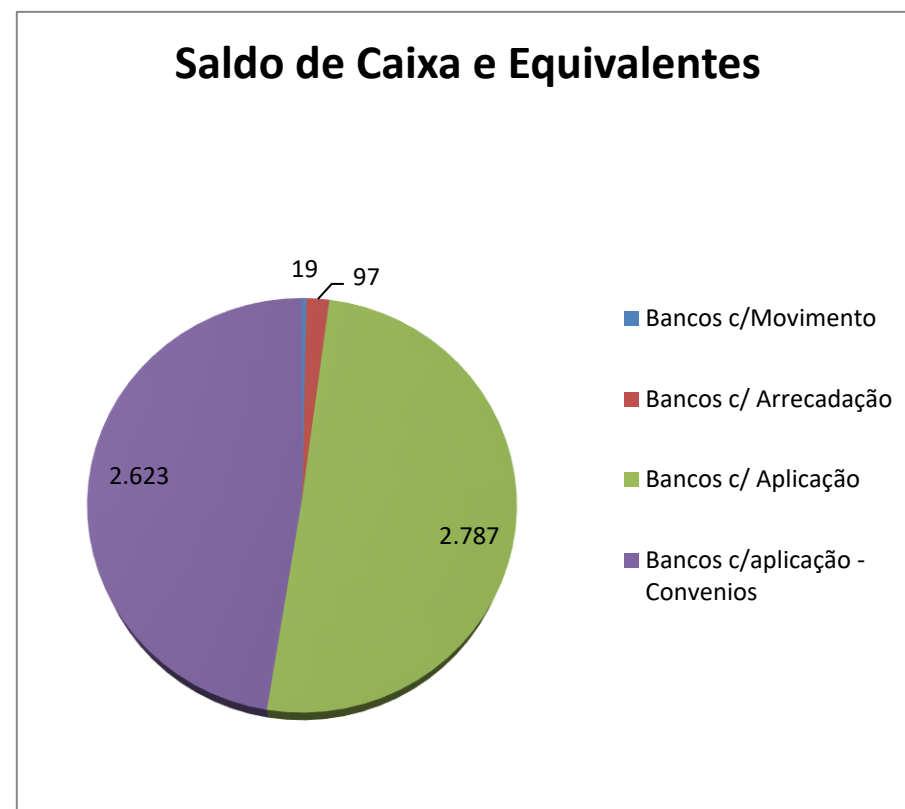
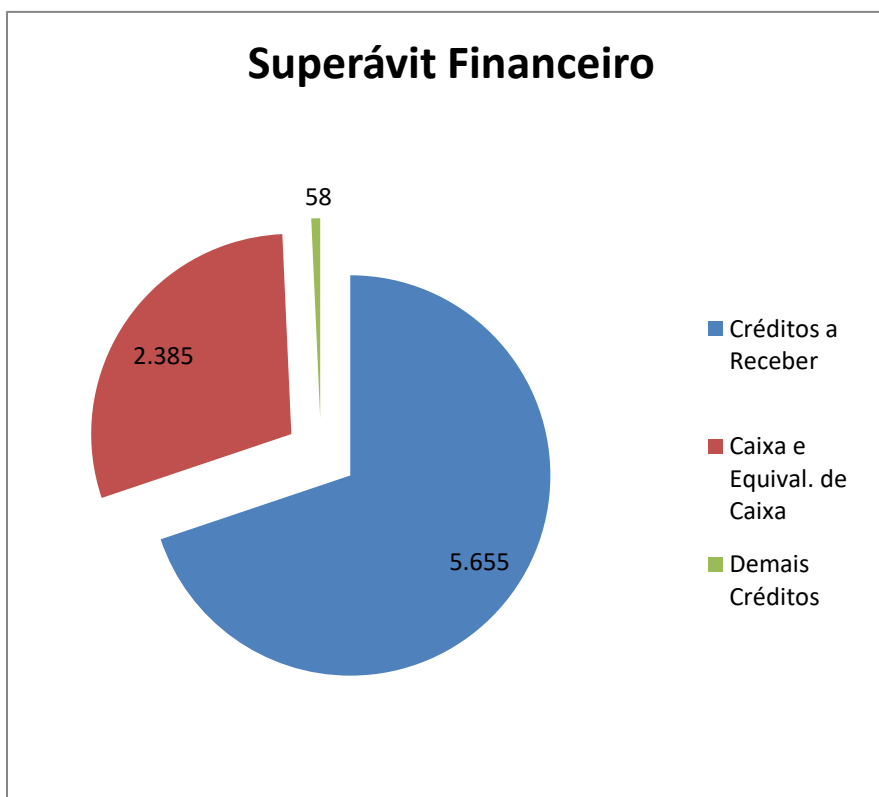
Balanço Patrimonial (R\$ milhões)

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	11.255	7.251	PASSIVO CIRCULANTE	523	168
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.526	2.066	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	205	167
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5.655	5.107	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	-	-
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DE CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	9.257	5.107	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1	1
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(3.602)	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4	24	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	12	-
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	-	-	PROVISÕES A CURTO PRAZO	154	-
ESTOQUES	45	54	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	150	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	25	-		-	-
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.362	2.717	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	386	651	OBRIGAÇÕES TRABA. PREVIDENC. ASSISTENCIAIS -LP	-	-
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	357	651	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	-	-
DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	3.570	5.236	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	-	-
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(3.213)	4.585	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	29	-	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	PROVISÕES A LONGO PRAZO	-	-
IMOBILIZADO	1.971	2.060	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	-	-
BENS MÓVEIS	658	625	RESULTADO DIFERIDO	-	-
BENS IMÓVEIS	1.650	1.650		-	-
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(337)	(215)		-	-
INTANGÍVEL	5	6		-	-
SOFTWARES	31	31		-	-
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(26)	(24)		-	-
			TOTAL DO PASSIVO	523	168
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Resultados Acumulados	13.095	9.800
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.095	9.800
TOTAL	13.618	9.968	TOTAL	13.618	9.968

ATIVO FINANCEIRO	11.239	7.196	PASSIVO FINANCEIRO	3.141	222
ATIVO PERMANENTE	2.379	2.772	PASSIVO PERMANENTE	299	1
SALDO PATRIMONIAL				10.178.023,54	9.745.342,60
			Exercício Atual		Exercício Anterior
Superávit Financeiro				8.098	6.974

As disponibilidades financeiras que não estão comprometidas (**superávit financeiro**) referem-se: **70%** anuidades de pessoas físicas a receber, **29%** caixa e equivalente de caixa deduzido passivo financeiro (5.526 – 3.141) e **1%** Demais créditos.

Com relação ao Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa, o saldo de 5.526 Milhões está composto da seguinte forma: Banco c/movimento; Banco c/ arrecadação; bancos c/ aplicação, Bancos c/aplicação – Convênios. A representatividade de cada um, consta no gráfico abaixo:



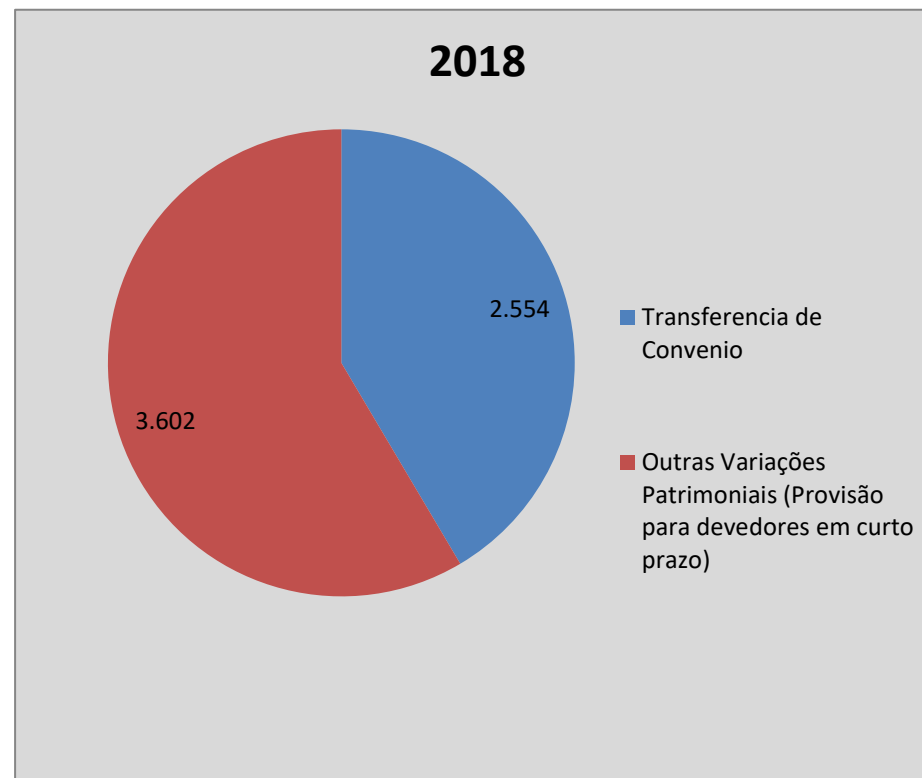
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

(R\$ Milhões)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	2018	2017		2018	2017
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	11.137	6.717	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	9.163	5.796
CONTRIBUIÇÕES	6.917	5.230	PESSOAL E ENCARGOS	2.311	1.976
			REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	1.484	1.251
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	972	852	ENCARGOS PATRONAIS	431	468
			BENEFÍCIOS A PESSOAL	396	357
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	386	465	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.340	1.121
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	5	-	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	60	40
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	174	143	SERVICIOS	1.156	944
			DIÁRIAS	263	120
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			SERVICIOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	130	133
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	84	-	SERVICIOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	763	691
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	2	-	DEPRECIÇÃO	122	135
	0	-	AMORTIZAÇÃO	2	1
TRANSFERÊNCIAS DE CÔNVENIOS	2.554	-	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.520	1.556
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.992	375
INDENIZAÇÕES	12	27			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	30	-	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	-	768
	-	-			
	-	-			
Total das Variações Ativas:	11.137	6.717	Total das Variações Passivas:	9.163	5.796
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	1.974	921
Total	11.137	6.717	Total	11.137	6.717

O Resultado Patrimonial de 2018 (**superávit de R\$ 1.974**) teve um aumento de 114,24 % em relação a 2017 (**superávit de R\$ 921**). Conforme o gráfico ao lado esta melhora ocorreu pelo acréscimo nas receitas de transferências de convênios para aquisição da nova sede no valor de R\$ 2.554. O efeito contrário foi o aumento nas outras variações patrimoniais, referente a provisão para perdas de créditos em curto prazo no valor de 3.602.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

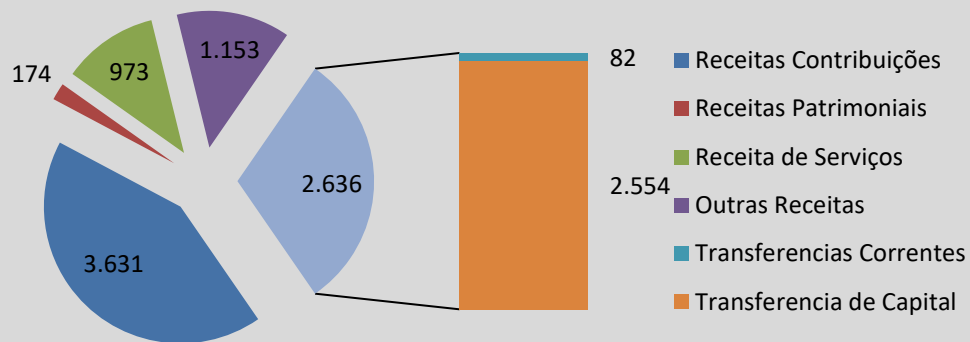
O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

(R\$ Milhões)

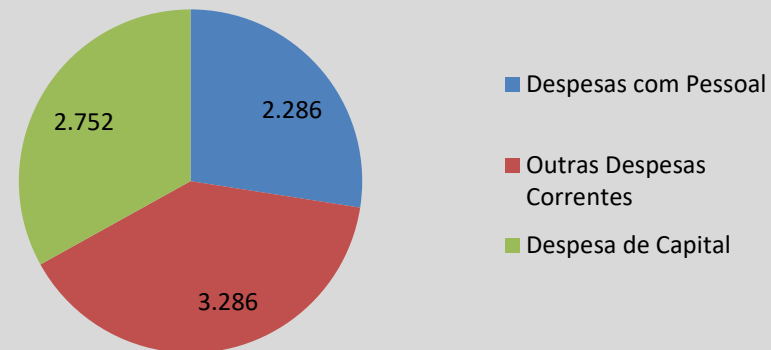
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	%
RECEITA CORRENTE			7.051	7.276	6.013	-1263	70,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			5.069	5.069	3.631	-1438	42,38
RECEITAS PATRIMONIAIS			158	158	174	16	2,03
RECEITAS DE SERVIÇOS			735	785	973	188	11,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			0,00	175	82	-93	0,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			1.089	1.089	1.153	64	13,45
RECEITA DE CAPITAL			0,00	2.869	2.554	-315	29,82
ALIENAÇÃO DE BENS			0,00	19	0	-19	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			0,00	2.849	2.554	-295	29,82
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			7.051	10.146	8.567	-1578	
DÉFICIT			0,00	0,00	0	0	
TOTAL			7.051	10.145	8.567	-1.578	
SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR			0,00	1.430	0	1.430	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO	
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	6.363	7.032	5.572	5.379	5.161	1.460	
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	2.450	2.597	2.286	2.286	2.081	311	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.913	4.434	3.286	3.093	3.080	1.148	
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	188	4.044	2.752	29	29	1.291	
INVESTIMENTOS	162	664	399	29	29	264	
INVERSÕES FINANCEIRAS	26	3.380	2.353	0	0	1.027	
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	500	500	0	0	0	500	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	7.051	11.576	8.324	5.408	5.190	3.251	
SUPERÁVIT	0,00	0,00	243	0	0	-243	
TOTAL	7.051	11.576	8.567	5.408	5.190	3.009	

O Coren/MS auferiu em 2018 um superávit orçamentário de R\$ 243 Mil sendo que **70,18 %** das receitas são referentes anuidades, taxas de serviços, e recebimentos de dívida ativa e **29,82%** refere-se a repasse do Cofen através de Convênios (Semana da enfermagem e aquisição da nova sede).

Receitas Realizadas



Despesas Empenhadas

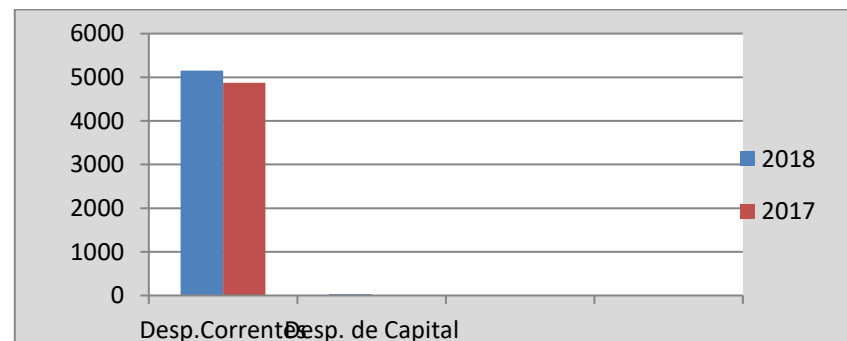
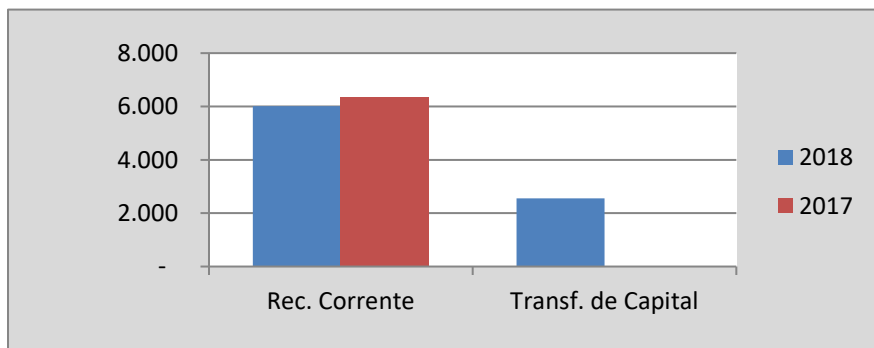


BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

(R\$ Milhões)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receita Orçamentária	8.567	6.371	Despesa Orçamentária	8.325	4.930
RECEITA CORRENTE	6.012	6.371	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO E A LIQUIDAR	3.135	55
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.554	-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	5.190	4.875
Recebimentos Extraorçamentários	3.551	2.895	Pagamentos Extraorçamentários	333	3.003
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.917	55	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	24	55
Inscrição de Restos a Pagar Processados	217	-	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	-	119
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	177	3	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	171	3
Outros Recebimentos Extraorçamentários	240	2.837	Outros Pagamentos Extraorçamentários	137	2.826
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.066	733	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	5.526	2.066
Caixa e Equivalente de Caixa	2.066	733	Caixa e Equivalente de Caixa	5.526	2.066
Total	14.184	9.999	Total	14.184	9.999



Demonstrativo Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em três fluxos: operacional, de investimento e de financiamento.

É elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos três fluxos citados.

(R\$ Milhões)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE	6.012	6.371
OUTROS INGRESSOS	401	2.840
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	5.161	4.869
OUTROS DESEMBOLSOS	333	3.004
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	919	1.338
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.554	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	28	5
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.526	-5
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.445	1.333
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.066	733
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	5.511	2.066

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, contendo informações relevantes, complementares ou suplementares aos demonstrativos contábeis.

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O item caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo Conselho Regional de Enfermagem em consonância ao que dispõe o § 3º do Art. 164 da Constituição Federal e incluem saldos em conta movimento, arrecadação e aplicações financeiras:

(R\$ Milhões)

DESCRIÇÃO	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.526	2.066
*Bancos Conta Movimento	19	15
Bancos Conta Arrecadação	97	2
Aplicações Financeiras	5.410	2.049

Nota 2 - Créditos a Receber

Os créditos a receber em curto prazo estão distribuídos em:

1. Anuidades do exercício corrente;
2. Anuidade de exercícios anteriores;
3. Ajuste para perdas de créditos em curto prazo.

O saldo de Anuidades do Exercício está composto por Anuidades vencidas referentes ao exercício de 2018 no valor de R\$ 2.759 e valores renegociados em 2018 no valor de R\$ 1.944.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

O saldo de Anuidades de Exercícios Anteriores está composto por Anuidades vencidas e ainda não inscritas em Dívida Ativa Administrativa, e para esses valores foi realizado um Ajuste de Perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa conforme quadro abaixo.

(R\$ Milhões)

Descrição	2018	2017
Anuidades do Exercício	4.703	2.176
Anuidades de Exercícios Anteriores	4.554	2.931
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	(3.602)	0,00
Saldo	5.655	5.107

Os ajustes de Perdas de Créditos foram obtidos pela aplicação dos percentuais referente a média de recebimento dos três últimos exercícios das anuidades e exercícios anteriores não inscritas em Dívida Ativa.

O Ajuste de Perdas de Crédito em curto Prazo passou a ser evidenciados no Balanço a partir de 2018. Segue abaixo quadro demonstrativo do cálculo das prováveis perdas.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
(R\$ Milhões)

Anos	A – Anuidade de Exercícios Anteriores	B - Receita com Anuidade exercícios Anteriores	C -% de Recebimento de Anuidade de Exercícios Anteriores (B/A)	% de inadimplência de Anuidade de Exercícios Anteriores (100% - C)
2016	4.097	816	19,93	80,07
2017	4.852	1.282	26,41	73,59
2018	5.107	834	16,32	83,68
Média dos 3 anos				79,11

Nota 3 - Demais Créditos e Valores em Curto Prazo

Demais Créditos e Valores em Curto Prazo onde são contabilizados os adiantamentos para colaboradores, devedores da entidade e os valores que serão reavidos e restituídos ao Coren/MS.

É representado pelas seguintes contas:

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
(R\$ Milhões)

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2018	2017
Adiantamento concedido a Pessoal	0	20
Tributos a Recuperar	1	1
Responsabilidade em apuração	2	2
Outros Devedores	1	1
Total	4	24

Notas 4 - Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo regional com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de material de expediente, material de limpeza e produtos de higienização, gêneros alimentícios, material de copa e cozinha, suprimentos de informática e materiais gráficos e impressos, adquiridos através de processos licitatórios, registrados ao custo de aquisição e efetuada as respectivas baixas conforme relatório do almoxarifado.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
(R\$ Milhões)

Almoxarifado	2018	2017
Materiais de Expediente	21	19
Material de Limpeza e Higiene	3	7
Gêneros Alimentícios	1	4
Material de Copa e Cozinha	2	1
Suprimento de Informática	0	-
Materiais Gráficos e Impressos	18	23
Total	45	54

Em 2018 houve aquisição de Materiais de Consumo no valor de R\$ 19.729,26 e Baixa de Materiais consumidos no valor de R\$ 28.755,49.

Nota 5 - Ativo Realizável em Longo Prazo – Dívida Ativa

Representam os créditos cuja realização provável se dará após o término do exercício seguinte, e está composto, exclusivamente, do valor correspondente à Dívida Ativa Administrativa e Executiva reconhecida pelo valor devido sem juros, multas e atualização monetária.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
(R\$ Milhões)

Créditos de Longo Prazo	2018	2017
Dívida Ativa - Administrativa	760	1.026
Dívida Ativa - Executiva	2.810	4.210
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Longo Prazo	(3.213)	(4.585)
Total	357	651

A conta de Dívida Ativa foi atualizada com alguns lançamentos manuais conforme segue:

A débito

- Valores Inscritos em Dívida Ativa em 2018 R\$ 524
- Ajuste para Provisão de Perdas R\$ 1.372

A crédito

- Estorno de lançamentos de créditos em duplicidade apresentados no relatório de 2017 no valor de R\$ 1.095
- Débitos Cancelados em 2018 R\$ 673
- Lançamentos de Ajuste para atualizar os valores por ano de competência R\$ 51

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável, a técnica sugerida pelo manual de contabilidade aplicado ao setor público baseado no histórico de recebimentos passados, conforme tabelas abaixo:

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

(R\$ Milhões)

Anos	A – Dívida Ativa Inscrita (Balancete)	B -Receita com Dívida Ativa (Balancete)	C -% de Recebimento de Dívida Ativa (B/A)	% de inadimplência de Dívida Ativa (100% - C)
2016	3.801	396	10,41	89,59
2017	4.308	384	8,92	91,08
2018	3.468	369	10,64	89,36
Média dos 3 anos				90,01

Dessa forma, compreende os valores com dívida ativa e o ajuste de perdas, conforme segue:

(R\$ Milhões)

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
Saldo Inscritos D.A.	4.308	5.236	3.570
(-) Ajuste com perdas de exercícios anteriores	(2.521)	(3.818)	(4.585)
(-) Ajustes com Perdas D.A	(1.297)	(767)	1.372
Saldo DA	490	651	357

Nota 6 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado onde é registrado todos os bens do Coren/MS pelo seu custo de aquisição. Em maio de 2016 foi efetuada a reavaliação dos bens permanentes por uma empresa especializada em reavaliação de bens móveis e imóveis.

Em 2018 houve aquisição de Equipamentos de Informática no valor de R\$ 28 e ainda uma Doação recebida do Cofen no valor de R\$ 4, sendo R\$ 3 referente Equipamentos de Informática e R\$ 1 referente a Mobiliário em Geral totalizando R\$ 32.

Segue abaixo saldos em 31/12/2018:

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

DESCRIÇÃO	SALDO 2017	Aquisições	Baixas	SALDO 2018
TOTAL IMOBILIZADO	2.059	33	121	1.971
Total Bens Móveis	507	33	(62)	478
Bens Móveis	625	33	0,00	658
Aparelhos de Cine e Foto	6	0,00	0,00	6
Biblioteca	4	0,00	0,00	3
Equipamentos de Informática	31	32	0,00	63
Maquinas e equipamentos	1	0,00	0,00	1
Moveis e Utensílios	76	0,00	0,00	76
Veículos	498	0,00	0,00	498
Outros Bens Móveis	1	0,00	0,00	1
Mobiliário em geral	8	1	0,00	9
(-) Depreciação Acum. Bens Móveis	(118)	0,00	(62)	(180)
(-) Aparelho de Cine Foto	(1)	0,00	(1)	(2)
(-) Biblioteca	(1)	0,00	(1)	(2)
(-) Equipamentos de Informática	(4)	0,00	(2)	(6)
(-) Maquinas e equipamentos	(1)	0,00	0	(1)
(-) Móveis e Utensílios	(41)	0,00	(15)	(56)
(-) Veículos	(69)	0,00	(43)	(112)
(-) Outros Bens Móveis	(1)	0,00	0,00	(1)
(-) Mobiliário em Geral	0	0,00	0,00	0
Total Bens Imóveis	1.553	0,00	(59)	1.493
Bens Imóveis	1.650	0,00	0,00	1.650
Salas	1.650	0,00	0,00	1.650
(-) Depreciação Acum. Bens Imóveis	(97)	0,00	(59)	(157)

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

(-) Salas	(97)	0,00	(59)	(157)
Total Intangível	6	0,00	(1)	5
Softwares e Licenças	31	0,00	0,00	31
(-) Amortização Acum. Intangível	(25)	0,00	(1)	(26)
(-) Softwares e Licenças	(25)	0,00	(1)	(26)

A depreciação e amortização são calculadas para depreciar e amortizar o custo de itens do ativo imobilizado e intangível e reconhecida no resultado. Os ativos imobilizados que foram reavaliados em maio de 2016, foram a partir dessa data, depreciados, utilizando-se as taxas de depreciação por categoria do bem, conforme Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99, da seguinte forma:

Descrição	Vida Útil em anos	Taxa Depreciação Anual
Aparelho de Cine e Foto	10	10%
Biblioteca	10	-
Equipamentos de Informática	5	20%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos	05	20%
Outros Bens Móveis	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Instalações	10	10%
Salas	25	4%
Software	05	20%

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

Nota 7 - Passivo Circulante

O Passivo Financeiro representa as obrigações de curto prazo. É registrado pelo valor de liquidação em ordem decrescente de exigibilidade. Corresponde às Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, Fornecedores de serviços e materiais, Obrigações Fiscais e Provisões em Curto Prazo, e Demais Obrigações em Curto Prazo.

(R\$ Milhões)

Passivo Circulante	2018	2017
Obrigações Trabalhistas	163	129
Encargos Sociais	42	38
Fornecedores e Contas a Pagar	1	1
Obrigações Fiscais	1	0,00
Obrigações de Repartição a outros Entes	12	0,00
Provisões a Curto Prazo	154	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	150	0,00
Total	523	168

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

7.1 – Obrigações Trabalhistas

DESCRIÇÃO	2018	2017
Salário e Remunerações a Pagar	163	0,00
Férias a pagar	0,00	97*
1/3 férias a pagar	0,00	32*
Total	163	129

*As provisões de Férias e 1/3 de Férias foram transferidas para o grupo de Provisões em Curto Prazo.

7.2 – Encargos Sociais

DESCRIÇÃO	2018	2017
INSS a pagar	26	30
FGTS a pagar	14	0,00
PIS a pagar	2	2
IRRF a pagar	0,00	6
Total	42	38

7.3 - Fornecedores e Contas a Pagar

DESCRIÇÃO	VALOR
Teresa Flores dos Santos	0,3
MIX Comércio e Serviços Eireli EPP	0,2
Jeton – Conselheiros	0,2
Total	0,7

7.4 - Obrigações Fiscais

DESCRIÇÃO	2018	2017
IRRF/PIS/COFINS/CSLL	0,5	0,00
ISS	0,6	0,00
Total	1.1	0,00

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

DESCRIÇÃO ISS	VALOR	DESCRIÇÃO IRRF/PIS/COFINS/CSLL	VALOR
NF 1868 – Ernaina	,03	Fatura Claro S/A	0,4
NF712 – Flavio Henrique de Melo	0,1	NF 14960 -AGIEL	0,01
NF212 – Rodroli	0,2	NF 3420 – Marcia Cristina Maciel da Silva	0,05
Nf 2084- LLima	0,07	NF 9940 - SH	0,03
NF 13331 -Arquivoteca	0,2		
NF 24234 - Sedep	0,01		
Total	0,7	Total	0,49

Nota 8 - Obrigações de Repartição a Outros Entes

Corresponde à diferença de repasse da cota parte do Cofen (25%) no valor de R\$ 12 (doze mil), conforme quadro demonstrativo abaixo.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

A diferença foi empenhada e inscrita em restos a pagar n.º 13/2018 e será repassada em 2019.

(R\$ Milhões)

DESCRIÇÃO	2018
Receita Arrecadada	8.567
Receita Não Compartilhada (semana da enfermagem)	(79)
Receita Não Compartilhada (aquisição de imóvel)	(2.554)
Receita Não Compartilhada (correção poupança)	(174)
Receita Não Compartilhada (reembolso custas judiciais)	(2)
Indenizações de danos ao patrimônio e atualizações	(9)
Outras receitas (estorno de despesas)	(2)
Receita Compartilhada	5.747
Valor da cota parte	1.436
Valor Repassado	1.424

*Valor a Repassar (saldo)	12
----------------------------------	-----------

(R\$ Milhões)

Descrição	Valor	Cota parte
Depósito conta corrente - CEF	1	0
Recebimentos de 26/12/2018 a 31/12/2018 – sem repasse automático	44	11
Recebimentos Dívida Ativa – Banco do Brasil	2	1
	2	0
Total	49	12

***Quadro demonstrativo de Valor a repassar**

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

Nota 9 – Provisões em Curto Prazo

Compreende os valores de demais obrigações em curto prazo conforme informado abaixo:

(R\$ Milhões)

DESCRIÇÃO	2018	2017
Provisão de Férias	116	0,00
Provisão 1/3 de Férias	38	0,00
Total	154	0,00

*Em 2017 as provisões de férias eram contabilizadas no grupo de obrigações trabalhistas.

Nota 10 - Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 13.095, que corresponde ao superávit do exercício, superávit acumulado de exercícios anteriores e os ajustes de exercícios anteriores conforme abaixo:

(R\$ Milhões)

DESCRIÇÃO	2018	2017
Superávit do Exercício Corrente	1.975	922
Superávit Acumulado de Ex. Anteriores	9.800	7.579
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.320	1.299
Total	13.095	9.800

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul

Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores os lançamentos decorrentes de omissões e/ou erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis e reversão de provisões.

Dessa forma, no balanço encerrado em 31/12/2018, foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores.

Rubrica 2.3.7.1.1.03.01 – Ajuste de Exercícios Anteriores recebeu registros de acordo com o seguinte resumo:

- **Crédito** R\$ 51 – Ajuste de valores lançados em Dívida Ativa;
- **Crédito** R\$ 1 - Ajuste de valores lançados em Receitas a receber de Exercícios Anteriores;
- **Débito** R\$ 1.372 – Ajuste para perdas de créditos de liquidação duvidosa.

Nota 11 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam (variações patrimoniais quantitativas aumentativas) ou diminuem (variações patrimoniais quantitativas diminutivas) a situação líquida patrimonial. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o a situação líquida patrimonial. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Nota 12. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial no valor de R\$ 1.975 em 2018 foi apurado com base no regime de competência das receitas e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial conforme demonstrado abaixo:

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
(R\$ Milhões)

DESCRIÇÃO	2018	2017
Resultado Patrimonial	1.975	922
Variações Patrimoniais Aumentativas	11.138	6.717
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	9.163	5.795

Nota 13 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro. O superávit financeiro apresentado poderá servir de fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais ao orçamento de 2018 conforme art. nº 43 da Lei 4.320/64.

(R\$ Milhões)

DESCRIÇÃO	2018	2017
Superávit Financeiro	8.098	6.974
Ativo Financeiro	11.239	7.196
(-) Passivo Financeiro	(3.141)	(222)

Composição do Ativo e Passivo Financeiro 2018

Ativo Financeiro	11.239	Passivo Financeiro	3.141
Bancos c/Movimento	19	Salários E Remunerações A Pagar	163
Bancos c/ Arrecadação	97		

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

Bancos c/Aplicação		5.410		Encargos e Contribuições		42
Receitas a Receber - Curto prazo		5.655		Cota parte - Cofen		12
Demais Créditos a Curto Prazo		4		Consignações		6
Cota parte Cofen - Antecipada		25		Honorários Advocatícios		1
Demais Créditos em Longo Prazo		29		Restos a Pagar Processados		2.917

Nota 14 - Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre o total desses valores.

As receitas correntes estão representadas por anuidades, emolumentos com inscrições, expedições de carteiras e certidões, atualização monetária, multa e juros sobre créditos, multa de eleições, multa por infrações e rendimentos de aplicações financeiras.

As receitas de capital estão representadas pela alienação de bens do imobiliário.

As despesas correntes estão representadas por pessoal civil e encargos, transferências (cota parte), despesas de aplicação direta.

As despesas de capital estão representadas pela aquisição de bens do imobilizado.

Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul
Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73
(R\$ Milhões)

Resultado Orçamentário	2018	2017
Receitas Correntes	6.013	6.371
Receitas de Capital	2.554	0,00
(-) Despesas Correntes	(5.572)	(4.925)
(-) Despesas de Capital	(2.752)	(5)
Superávit Orçamentário	243	1.441

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 243 e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (R\$ 8.567) e a despesa empenhada (R\$ 8.324).

Nota 15 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em três fluxos: operacional, de investimento e de financiamento. É elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos três fluxos citados. A soma dos três fluxos deverá corresponder a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior. Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente; aplicações e resgates de investimentos temporários; recebimentos e pagamentos extra orçamentários.

Nota 16 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios. Os campos “Outros Recebimentos Extra orçamentários” e “Outros Pagamentos Extra orçamentários” contemplam, geralmente, valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

O valor de R\$ 3.551 referente a receitas extra orçamentárias e R\$ 332 referente a despesas extra orçamentaria constantes no Balanço Financeiro estão detalhadas conforme relatório fornecido pelo Sistema Implanta.